

## **5 - MINISTÉRIO DA DEFESA – MD**

A despeito das dificuldades orçamentárias, o Ministério da Defesa e as três Forças obtiveram, no exercício de 2003, desempenho bastante superior ao dos anos anteriores. Isso se deu em função de avanços desenvolvidos para a democratização do Estado, das novas orientações governamentais advindas do programa de governo, do desenvolvimento de ações transparentes com criterioso emprego dos recursos disponíveis e de inovações de gestão realizadas.

### **Estado e Democracia**

Com relação aos avanços desenvolvidos para a democratização do Estado, é de se ressaltar o estímulo à discussão e ao estudo, pela sociedade brasileira, de questões afetas à defesa nacional. Nesse particular, sobressai a realização de um ciclo de debates, promovido pelo Ministério da Defesa, sobre a atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança. O exercício – que teve início em setembro de 2003 e deve ser concluído no primeiro semestre de 2004 – consiste na realização de oito rodadas de debates, dedicadas a temas previamente definidos, seguidas de uma rodada de avaliação geral e consolidação de sugestões. Estão sendo convidados a participar de cada rodada, como debatedores, seis personalidades entre membros do poder público e da sociedade civil, integrantes do Governo, políticos, militares, diplomatas, acadêmicos e jornalistas.

A transparência em suas ações foi também característica marcante do desempenho do Ministério da Defesa em 2003. Isto ficou evidente quando do triste episódio do acidente na Base de Alcântara, em agosto deste ano, ocasião em que o Governo, por intermédio deste ministério, fez questão de convidar representantes da comunidade científica nacional e dos familiares das vítimas para participar de todo o trabalho investigativo sobre as causas do acidente. A presença do Ministro da Defesa no Congresso, em mais de vinte ocasiões no ano que se encerra, foi outra demonstração desse comportamento e do compromisso com o diálogo franco e democrático com a sociedade nos assuntos afetos à defesa.

No campo da gestão pública, o Ministério da Defesa buscou compatibilizar e integrar as ações estratégicas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em sensível avanço no fortalecimento da ação coordenadora da Pasta. Ademais, está em curso no Ministério e nas Forças Singulares um amplo programa de reengenharia de gestão, com o objetivo de alcançar a eficácia e a efetividade na gestão administrativa. Os processos de administração e acompanhamento dos orçamentos das três Forças estão sendo integrados, possibilitando uma execução orçamentária transparente, controlada e otimizada.

Outro fato marcante na área da gestão foi o trabalho conjunto do Ministério da Defesa com outras Pastas, favorecendo a articulação das atividades do Estado e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas às ações de combate a calamidades e desastres naturais. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, sob a coordenação do Ministério da Defesa, fizeram-se presentes em todos os episódios dessa natureza, como foi o caso do desastre ambiental na região da zona da mata mineira e do Estado do Rio de Janeiro, do incêndio que assolou os campos e florestas roraimenses e das enchentes do Estado do Amapá.

### **Amazônia**

A prioridade à Amazônia foi dado sempre presente na atuação do Ministério da Defesa. No cumprimento desta diretriz, foram transferidos efetivos militares de outras partes do País para a região amazônica. A instalação de mais de 400 pontos de Internet, nos longínquos vilarejos e Pelotões de Fronteira, em ação integrada com o Ministério das Comunicações, foi também medida de alcance nessa matéria. Na mesma linha, o desenvolvimento de um projeto, denominado Fronteiras, visa a que as Forças Armadas disponibilizem suas experiências, instalações e capacidade logística na Amazônia para pesquisadores, com a parceria de universidades e de outros ministérios (Ciência e Tecnologia, Integração Nacional, Meio Ambiente e Educação) e apoiados pela capacidade técnica e financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Programa Calha Norte, igualmente conduzido pelo Ministério da Defesa, executou no corrente ano inúmeras obras de infra-estrutura voltadas para comunidades carentes nos municípios da calha norte do Rio Amazonas, com destaque para a reforma de escolas indígenas Yekunana (Auaris, RR) e Tikuna (Tabatinga - AM), obras comunitárias na Aldeia Tucano (São Gabriel da Cachoeira – AM), construção de pequenas hidrelétricas em Pari-Cachoeira-AM, beneficiando as comunidades indígenas Jandú, Cachoeira e Bela Vista e a construção de

pontes, escolas, creches e infra-estrutura urbana em pequenos e médios municípios do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá.

## **Desenvolvimento Social**

Também na área social, com vistas a contribuir para o resgate da “dívida social” do País, o Ministério da Defesa desenvolveu múltiplos projetos no corrente ano. São exemplos o já consagrado “Projeto Soldado Cidadão”, que possibilitou em 2003 a formação técnico-profissional de 5.000 jovens recrutas, que foram inseridos no mercado de trabalho em melhores condições, na busca do primeiro emprego; o Projeto “Forças no Esporte”, também em pleno desenvolvimento, por intermédio do qual as Organizações Militares disponibilizam suas instalações para a prática do esporte aos jovens carentes e em situação de risco social; e os apoios ao Programa Fome Zero, com a participação dos quartéis no armazenamento de víveres, na distribuição de água no Polígono das Secas e no apoio logístico às campanhas de vacinação e de registro civil.

## **Atuação Externa**

Com a finalidade de colaborar para o resgate de nossa presença soberana e respeitada no mundo, o Ministério da Defesa buscou a projeção cada vez mais efetiva das Forças Armadas no cenário internacional. A atuação da Força Aérea Brasileira, integrando a Força Multinacional de Emergência em Búnia, no Congo, a presença de um Pelotão do Exército, colaborando para a garantia da paz no Timor Leste e o envio de militares para a Missão de Assistência Humanitária na Remoção de Minas na América do Sul, no Peru e no Equador, marcaram a contribuição das Forças Armadas brasileiras e do Ministério da Defesa na projeção soberana do Estado no concerto das nações.

No que se refere especificamente à América do Sul, por meio da assinatura de acordos com países vizinhos foi estabelecida ampla cooperação para a vigilância das fronteiras comuns e para o controle do espaço aéreo. A incorporação prevista de parceiros sul-americanos ao Sistema de Vigilância da Amazônia trará significativos dividendos no combate aos delitos transnacionais e está inserida no grupo de medidas que visam à crescente integração do subcontinente, objetivo prioritário fixado no programa deste Governo.

Também no contexto dos esforços voltados para a integração sul-americana, o Ministro da Defesa promoveu, no último mês de abril, a primeira reunião de Ministros da Defesa no âmbito específico da América do Sul. Na reunião, reiterou-se a importância atribuída à cooperação entre as Forças Armadas do subcontinente. Consolidou-se, em especial, a percepção de que essa cooperação é fundamental para que se estreitem os laços de confiança e camaradagem que já caracterizam as relações entre os agentes militares da região. No início do mês de setembro, ocorreu, em Santiago do Chile, nova reunião de Ministros da Defesa sul-americanos, numa demonstração de que a iniciativa brasileira está tendo o seguimento necessário à sedimentação, na América do Sul, de um espaço de defesa que seja adequadamente coordenado e, na medida do possível, integrado.

Ainda na esfera da prioridade atribuída à América do Sul, é importante ressaltar que o Ministério da Defesa tem procurado promover a integração das indústrias de defesa da região. Neste caso, tem-se partido da premissa de que, quando se trata de modernizar equipamentos de emprego militar, é claramente salutar que os Governos da América do Sul atuem em conjunto – tanto como compradores e importadores quanto como produtores e exportadores. Agindo dessa forma, os países do subcontinente – com suas respectivas indústrias – serão capazes de alcançar coerência e escala econômicas propícias a um aproveitamento mais racional dos recursos disponíveis. Ademais, há que se ter presente o fato de que a integração de indústrias de defesa constitui uma medida adicional de reforço de confiança mútua.

A aproximação com a África, outro ponto relevante do Programa de Governo, foi objeto de ações especiais do Ministério da Defesa, incluindo visitas ministeriais com a assinatura de acordos com diversos países do continente, além da criação de Aditâncias de Defesa na Nigéria, em Moçambique e na Namíbia.

## **Defesa Territorial**

Para a defesa de nossas fronteiras e a proteção das regiões ameaçadas em sua integridade foram direcionadas ações específicas do Ministério da Defesa. A realização de exercício combinado das três Armas na Amazônia, denominado “Operação Timbó”, e a determinação de transferência de uma Brigada do Exército, do Rio

de Janeiro para a região de São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, são exemplos marcantes dessa diretriz.

## **Ciência e Tecnologia**

A introdução permanente de novas tecnologias para a plena defesa do território nacional, do mar territorial e do espaço aéreo e o desenvolvimento científico-tecnológico com vistas à geração de riquezas, parâmetros estabelecidos no Programa de Governo, encontraram na ação conjunta dos Ministérios da Defesa e da Ciência e Tecnologia decisivo elemento propulsor.

O Programa Aeroespacial Brasileiro está sendo reativado com níveis redobrados de eficiência e segurança. Para tanto, além da previsão de recursos para o desenvolvimento, em 2004, de novas tecnologias associadas a veículos lançadores e para a reconstrução da torre móvel de lançamento no Centro de Lançamentos de Alcântara, foi buscada a cooperação internacional, caracterizada pelo apoio oferecido por técnicos da Rússia às investigações do acidente e pelo intercâmbio subsequente, que poderá tornar aquele país parceiro estratégico no prosseguimento do projeto.

Também a cooperação técnica para o lançamento de foguetes no Centro de Lançamentos de Alcântara, como é o caso do acordo já firmado com a Ucrânia, prevendo o lançamento de foguetes da série Cyclone, em muito contribuirá para a nova fase do desenvolvimento da infra-estrutura aeroespacial do País.

## **Transporte e Infra-Estrutura Aeroportuária**

A implementação de políticas de incentivo à melhoria do setor de transporte, outro compromisso do Governo, teve no Ministério da Defesa ator relevante. A Engenharia de Construção do Exército, mediante convênios firmados com o Ministério dos Transportes e com Secretarias Estaduais de Transportes, está construindo e reparando trechos rodoviários, enquanto que engenheiros militares participam da fiscalização de obras concedidas à iniciativa privada.

Responsável pela política aeronáutica nacional, o Ministério da Defesa propôs ao Conselho de Aviação Civil dezessete resoluções que, aprovadas, estabelecem o marco regulatório e as diretrizes referentes à política de aviação civil. Esse conjunto de medidas visa a assegurar o desenvolvimento sustentável e integrado dos pilares do setor de aviação civil: a indústria do transporte aéreo, a indústria aeronáutica, a infra-estrutura aeroportuária e a infra-estrutura de controle do espaço aéreo.

As medidas de apoio ao setor aéreo já proporcionaram os primeiros resultados positivos. O setor viu afastar-se a ameaça de crise e o temor do desemprego em massa; as empresas hoje já apresentam desempenhos que lhes permitem conduzir um processo de reestruturação de forma a sobrepujar definitivamente o quadro de dificuldades e reencontrar o caminho do equilíbrio e do crescimento.

Ainda no contexto de medidas para o incentivo à melhoria do setor de transporte, a INFRAERO, empresa vinculada ao Ministério da Defesa, reformou e ampliou 21 aeródromos de interesse nacional, proporcionando considerável salto de qualidade no desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária no corrente ano. Adicionalmente, desenvolveu importante projeto social, denominado “Aeroportos Solidários”, com ações voltadas à cidadania, à capacitação, à cultura, à educação e à preservação ambiental junto às populações das regiões periféricas a aeroportos brasileiros.

## **Conclusão**

Como se observa, o desempenho do Ministério da Defesa, neste primeiro ano de Governo, pode ser considerado bem-sucedido. Não obstante as dificuldades advindas das limitações orçamentárias, buscou-se maior integração entre os diversos órgãos do Ministério e deste com as demais Pastas, gerando uma sinergia altamente positiva que possibilitou a maximização dos resultados.

A atuação do Ministério da Defesa, em 2003, caracterizou-se, assim, por maior participação da sociedade civil na discussão dos temas ligados à defesa e por maior esforço das Forças Armadas em iniciativas de

apoio ao desenvolvimento econômico e social e ao combate aos acidentes ambientais, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

Os resultados recentes das pesquisas de opinião, que colocam as Forças Armadas entre as instituições de maior credibilidade do país, podem ser considerados a avaliação mais confiável dos atores externos sobre o desempenho do Ministério da Defesa e das Forças Singulares. O Sete de Setembro de 2003, ocasião em que civis e militares proporcionaram magnífica demonstração de civismo e de fé no destino de nosso País, foi exemplo significativo dessa nova etapa na construção de um Brasil mais justo, livre, coeso e soberano.

## **Calha Norte -PCN**

O Programa Calha Norte foi criado em 1985 com o propósito de contribuir para a integração da região Amazônica brasileira, situada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Essa área, de população rarefeita, corresponde a 14% do território nacional e abrange uma faixa de fronteira de cerca de 6.700 km.

Apesar da forte restrição orçamentária, o Programa Calha Norte pôde realizar a totalidade de suas atividades, ressaltando-se a ação Manutenção de Infra-estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira que recebeu recursos orçamentários substantivos mas que não foram liberados em sua totalidade.

Os projetos sofreram forte contingenciamento. Entretanto, na ação Implantação de Unidades Militares, os recursos recebidos foram importantes para concluir uma série de obras que estavam em andamento. A ação Implantação de Infra-estrutura básica nos municípios mais carentes da Região da Calha Norte que teve cerca de 97% de seus recursos oriundos de emendas parlamentares, teve 40% dos recursos liberados, sendo 20% em dezembro de 2003. Relativamente às demais ações, deve-se considerar:

1) Ação Apoio Aéreo na Região da Calha Norte – tem por finalidade complementar o apoio logístico às unidades militares da região e prestar serviço humanitário às comunidades. Foram descentralizados para os Comandos todos os recursos previstos nesta ação na LOA 2003(R\$ 703.324,00) e a meta prevista de 400 horas de voo foi alcançada integralmente.

2) Apoio às Comunidades da Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade prestar assistência social em comunidades carentes, isoladas e indígenas da região. Foi repassado nesta ação o valor total previsto na LOA 2003, R\$ 757.540,00, sendo cumprida e ampliada a meta inicial de 7 comunidades atendidas, pois foram beneficiadas 12 comunidades no decorrer do ano de 2003.

3) Conservação de Rodovias na Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade possibilitar condições de trafegabilidade às rodovias da região da Calha Norte. Foi repassado o valor total previsto na LOA 2003, R\$ 549.032,00 pelo PCN nesta ação. Estes recursos foram utilizados na conservação da rodovia federal BR-307 no trecho de 220 Km que liga a sede do município de São Gabriel da Cachoeira/AM à localidade de Cucuí, no mesmo município e no trecho da rodovia que liga as localidades de Surumu/RR à Uiramutã/RR. Estava prevista a conservação de 50 km de rodovias, meta alcançada integralmente.

4) Manutenção de Infra-estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira - Esta ação tem por finalidade atenuar a deterioração das instalações das unidades militares de fronteira, a fim de mantê-las em pleno funcionamento. Foram repassados R\$ 799.999,70 nesta ação, correspondente ao total de créditos disponibilizados pelo Ministério da Defesa para a ação. Estava prevista a manutenção de 3 Pelotões Especiais de Fronteira, porém foram mantidos 9 Pelotões Especiais de Fronteira durante o ano de 2003, superando a meta inicialmente estabelecida.

5) Manutenção de Aeródromos na Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade proporcionar aos aeródromos da região condições de operacionalidade, visando ao adequado atendimento das Unidades Militares e das comunidades locais. Foram repassados R\$ 549.032,00 nesta ação, correspondente ao total previsto na LOA 2003. Estava prevista a manutenção de 1 aeródromo para o ano de 2003, porém, foi realizada a manutenção de 6 aeródromos, suplantando a meta estabelecida.

6) Manutenção de Embarcações na Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade manter as embarcações que são utilizadas nas ações do Programa Calha Norte em condições de boa utilização. Foi repassado o valor de R\$ 533.363,00 nesta ação, correspondente ao valor total previsto na LOA 2003 e foi realizada manutenção em 40 embarcações, cumprindo a meta estabelecida.

7) Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade fazer a manutenção das pequenas centrais hidrelétricas que servem aos Pelotões Especiais de Fronteira e às comunidades, de modo a evitar a interrupção do fornecimento de energia. Foi repassado o valor de R\$ 74.921,00 nesta ação, correspondente ao valor total previsto na LOA 2003. Foi efetuada a manutenção em 3 Pequenas Centrais Elétricas, superando a meta estabelecida.

8) Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade melhorar a infra-estrutura de apoio à navegação e a logística para as unidades militares instaladas e para a população da região, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações, inibindo ações ilícitas e proporcionando segurança ao tráfego aquaviário. Foi repassado para o Comando da Marinha R\$ 228.000,00 nesta ação para a construção de uma embarcação, sendo a meta estabelecida atingida.

9) Implantação de Unidades Militares na Região da Calha Norte - a ação tem por finalidade aumentar o poder estatal brasileiro na região da Calha Norte, de forma a inibir a proliferação de ações ilícitas e servir de núcleo de colonização e de apoio às comunidades carentes da região. Foi repassado o valor de R\$ 3.993.310,98 para os 3 Comandos Militares nesta ação, correspondente ao valor total de créditos disponibilizados pelo Ministério da Defesa. Com esses recursos foi possível concluir muitas obras militares que estavam em andamento e atender cerca de 12 Organizações Militares. Dentre as principais realizações militares citamos: Mudança da sede do Comando Naval da Amazônia Ocidental em Manaus-AM; Entrada em operação de três novos Pelotões Especiais de Fronteira localizados em Tunuí-Cachoeira-AM, Uiramutã-RR e Tiriós-PA; Inauguração da primeira fase da Implantação do Núcleo da Base Aérea de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas; Construção de um novo Quartel em Vila Bittencourt (fronteira com a Colômbia); Novas Instalações Militares em Cucuí-AM; e Construção da Companhia de Forças Especiais em Manaus-AM.

10) Implantação de Infra-estrutura Básica nos Municípios mais Carentes da Região da Calha Norte – nesta ação foram realizados convênios com prefeituras municipais para execução de obras de infra-estrutura e sociais. Dentre estas obras, citamos: Construção de um Posto de Saúde na cidade de Uiramutã/RR; Rede de distribuição elétrica no município de Bonfim/RR; Rede elétrica e iluminação pública no município de Iracema/RR; Construção de uma Escola pré-escolar no município de Oiapoque/AP; Obras de combate à erosão no município de Curuá/PA; Construção de calçamento público no município de São Gabriel da Cachoeira/AM; Construção de uma Biblioteca Pública no município de Iracema/RR; Construção de 80 abrigos para passageiros de transportes coletivos no município de Boa Vista/RR; Construção de um Posto Médico no município de Mucajaí/RR; Obras de infra-estrutura básica (calçada, meio-fio e sarjeta) no município de Santa Izabel do Rio Negro/AM; e Conclusão do Terminal Hidroviário de Monte Alegre-PA.

Finalmente, foi implementado convênio com a Fundação Getúlio Vargas, para estudos estratégicos da área do Programa Calha Norte e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES incluindo aporte de recursos para obras de infra-estrutura a serem realizadas no ano de 2004.

## **Implantação de Centros de Operações do Comando Supremo e Forças Singulares – SISMC2**

Trata-se de sistema de Defesa Nacional, integrado pelo Comando Supremo das Forças Armadas, Ministérios Civis, Comandos Militares e Grandes Comandos Operacionais que, sob a direção do Presidente da República, possibilita a coordenação das ações integradas de defesa nos casos de crises e conflitos, em qualquer parte do território nacional ou mesmo no exterior, onde estejam operando contingentes militares brasileiros, agilizando a tomada de decisões para o controle da situação.

Essa ação orçamentária dá suporte ao Sistema Militar de Comando e Controle, que possibilita ao Comando Supremo das Forças Armadas e ao Ministro da Defesa planejar e controlar o emprego operacional das Forças Armadas de forma integrada e harmônica.

O contingenciamento de recursos imposto à Ação foi pequeno, de apenas 7,5% dos que haviam sido propostos e que constaram da Lei Orçamentária Anual (LOA). Em 2003, a Ação foi contemplada com recursos equivalentes a 6,8 vezes aos dispêndios efetuados no ano anterior e a 13 vezes daqueles de 2001. Mercê disso, foi possível atingir o objetivo estabelecido para o ano, que era dobrar a meta até então atingida. Essa meta de 4%, baixa por causa dos poucos recursos recebidos anteriormente, permitiu estabelecer uma base sólida para o futuro. Dentre os resultados obtidos, destacam-se:

- replicação, no centro de comando e controle do Exército, do Centro de Operações do Comando Supremo (COCS), situado no Ministério da Defesa, para garantir a continuidade das ligações, no caso de incidente que determine a inoperabilidade do centro principal do Sistema;
- aquisição de servidores para as redes existentes, garantindo a elas um melhor desempenho;
- contrato de suporte, assistência técnica e manutenção do “backbone” da rede operacional do Sistema Militar de Comando e Controle, constituído por equipamentos (roteadores, pixfirewall e switches) existentes no Ministério da Defesa e em cada uma das Forças Armadas, em Brasília e no Rio de Janeiro;
- aprimoramento do software principal do Sistema Militar de Comando e Controle, que melhorou as suas funcionalidades, completou a interligação dos centros de comando e controle do Sistema Militar de Comando e Controle e passou a possibilitar a ligação do Sistema com Comandos Operacionais Combinados quando ativados, permitindo o acompanhamento das operações conduzidas pelas Forças, seja isoladamente, seja de forma integrada (“combinada”, no jargão militar);
- aquisição de microcomputadores para completar as faltas existentes e substituir os microcomputadores mais antigos e com desempenho aquém da necessidade; e
- capacitação dos recursos humanos, através de cursos de aperfeiçoamento em tecnologia da informação.

### **Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS**

Apesar dessa ação orçamentária não ter recebido recursos necessários à ampliação do SISCOMIS, que permitiriam a implantação de novas Estações Terrenas, e a aquisição de Estações Táticas Transportáveis em Banda X, conforme prevê o Plano de Desenvolvimento e Implantação do SISCOMIS, Portaria Normativa nº 492/MD, de 19 de setembro de 2001, foi possível, com os recursos recebidos para custeio, executar a manutenção do Sistema, incluindo substituição de equipamentos em obsolescência, conforme estava previsto, além de ampliar sua atuação na região amazônica, em cooperação com as Forças Armadas.

O SISCOMIS continua, desde 2001, carente de recursos para a continuidade de seu programa de implantação de novas Estações, principalmente para ampliar seu apoio ao preparo e emprego de tropas adjudicadas aos Comandos Combinados estabelecidos pelo Estado-Maior-de-Defesa.

Apesar disto, foi possível a participação do SISCOMIS, como o único Sistema que permitiu a interligação do Comando Supremo com as demais Forças adjudicadas aos Comandos Combinados, participantes das diversas manobras determinadas para o presente exercício financeiro, como: as operações TIMBÓ; MARACAJU; AJURICABA e ATLÂNTICO. Os recursos constantes na Lei Orçamentária de 2003 foram integralmente liberados para gasto, sendo aplicados 99,89% desses, ou seja, R\$ 4.415.928,00.

A aplicação dos recursos foi assim distribuída: R\$ 2.316.128,00 em contratos de manutenção com diversas empresas; R\$ 15.000,00 em cursos e formação de pessoal; R\$ 90.8015,00 em deslocamentos dos componentes da Comissão e cursos de operação e manutenção do Sistema para os componentes das diversas Estações Terrenas do Sistema, sendo R\$ 46.872,89 em diárias e R\$ 43.932,72 em passagens; R\$ 988.918,88 na manutenção corretiva das diversas estações terrenas, terrestres, táticas e móveis; R\$ 439.125,00 na substituição de equipamentos do sistema; e R\$ 419.980,00 na ampliação da capacidade operacional do SISCOMIS na Amazônia com os quais a SISCOMIS deverá ampliar a instalação de ramais telefônicos e de dados para a comunicação de suas estações terrenas de Manaus e Belém com as seguintes localidades: Boa Vista, Porto Velho, Tefê, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Guajará-Mirim. Também serão ampliados e reestruturados os meios de ligação atualmente utilizados pelo Exército para suas comunicações naquelas localidades.

### **Sistema Militar de Catalogação**

O Centro de Catalogação das Forças Armadas (CECAFA) foi concebido para possibilitar às Forças e ao Governo Federal, um fluxo de informações de sobressalentes que até então não existia e que resultava em um sem número de despesas desnecessárias, seja com pedidos mal formulados, desconhecimento de fornecedores no exterior (o que resultava em demora nas compras ou em despesas acima dos preços regulares por serem feitas junto

a "brokers"), surpresas em constatar que um material tornou-se descontinuado ou obsoleto, ou pura e simplesmente falta de opções de fornecedores.

Assim, por decisão unânime dos três ministérios militares e mais o então Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), decidiu-se pela adoção de um sistema de catalogação, nos moldes do Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Para que o Brasil fosse aceito naquele sistema foi exigida a criação de um organismo que fosse o interlocutor com aquele sistema, dessa forma nascia o CECAFA em 1998.

A adoção desse sistema exigiu que absorvêssemos conhecimentos até então inéditos no Brasil, tendo o CECAFA passado por um período de aprendizagem dos procedimentos e formas de transmissão de dados em vigor no SOC e que repassamos para as Forças. Hoje, possuímos um canal de informações que permitiu montar um banco de dados à disposição das Forças e que oferece atualizações periódicas e oportunas. Possuímos no momento mais de 662.000 itens estrangeiros na base de dados, oriundos de vários países participantes do sistema OTAN, que nos gera cerca de 15.000 transações de manutenção mensais. Além disso, a absorção dessa cultura permitiu que produzíssemos dados de catalogação nos moldes do SOC para mais de 5.000 itens fabricados no Brasil, e que estão fazendo parte do Catálogo da OTAN (NATO Master Cross Reference List).

Como resultado marginal desse trabalho, mas que demonstra o grau de utilidade dessa sistemática, iniciamos uma depuração das bases de dados das Forças (na Marinha já foi possível expurgar 50.000 itens catalogados em duplicidade) e além disso possibilitou que levantássemos itens de uso comum em mais de uma Força (possuímos hoje o registro de mais de 22.000 itens que tem uso em mais de uma Força).

É possível também atendermos a solicitações específicas de uma Força como o levantamento de itens do Navio-Aeródromo (NAE) São Paulo ou do carro de combate Leopard, onde além de apresentarmos dados descritivos, quando disponíveis, é possível listarmos e mantermos atualizados todos os fornecedores ativos desses itens. Esse serviço, no caso do NAE São Paulo, envolve aproximadamente 60.000 itens oriundos de cerca de 11 países, e com uma curiosidade, a existência de itens comuns entre esses dois meios que possuem especificações e características tão distintas.

No tocante à estruturação do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT), cabe citar que o CECAFA vem conduzindo cursos regulares para transmitir a cultura absorvida, já tendo formado mais de 400 militares e civis de nossas Forças, Ministérios e Entidades Civis, e vem procurando prestar o apoio solicitado para a revisão, análise e reestruturação dos softwares de gerência de material existentes nas Forças, que são: Sistema Gerencial de Material da Marinha (SINGRA), Sistema Integrado de Logística de Material e Serviço da Aeronáutica (SILOMS), Sistema de Catalogação do Exército (SICATEX) e Sistema de Administração e Serviços Gerais (SIASG), do Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão (MP).

Existem acordos de cooperação entre o SISMICAT e as Federações de Indústria e Comércio dos Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Amazonas, além do acordo de cooperação mútua com o MP, visando permitir que os conceitos e conhecimentos do SISMICAT possam ser apreendidos e utilizados por todos os órgãos do Poder executivo, permitindo assim que em breve tenhamos no Brasil um banco de dados único com informações integradas para todo o Governo Federal.

O CECAFA, em parceria com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolveu um aplicativo informatizado que permitirá um maior volume de troca de informações, bem como uma base de dados com maior capacidade, além de permitir que tenhamos a capacidade de originar transações para transferirmos os dados dos itens nacionais, o que permitiu ao Brasil evoluir no relacionamento dentro do SOC, deixando de ser mero utilizador de dados originados dos países membros da OTAN, passando a ser fornecedor desses dados para itens nacionais. Isso, aliado à confiabilidade de nosso sistema e à capacitação de nossos técnicos, garantiu ao Brasil assento de destaque nas reuniões deliberativas do SOC. Em junho de 2002, o Brasil foi elevado a categoria TIER-2 dentro do SOC, junto com Singapura, passando a desfrutar das mesmas prerrogativas de um país membro da OTAN, ou seja, ter a permissão de inserir seus itens na base de dados da OTAN, pelo nível da catalogação executada e capacidade de troca de dados. Condição esta só conseguida até aquela data pela Nova Zelândia e Austrália, ambos por forte apoio da Inglaterra.

Esse sistema permite plenamente a integração e interoperabilidade entre as Forças na área de material, pela linguagem única que utiliza, propiciando de modo econômico, um banco de dados centralizado que absorve e disponibiliza toda informação de catalogação do país, podendo traduzir-se nas seguintes vantagens: Descobrir itens comuns; Descobrir itens importados para os quais possa haver fabricação no país (redução de

importações, custo e tempo menor para compra); Lotes econômicos de compra; Maior disponibilidade e velocidade para compra; Estoques melhor dimensionados e gerenciados; Redução do custo de operação, aquisição e estocagem; Maior disponibilidade de recursos para outras atividades; Conhecimento efetivo de nosso material; Menor dependência do exterior, ou seja, soberania; e Interoperabilidade entre os vários órgãos do governo.

Atualmente, a base de dados conta com cerca de 715.360 itens, o que significa um aumento de 7 % em relação à última avaliação. Neste exercício os créditos orçamentários previstos não sofreram cortes, o que permitiu a plena execução das despesas planejadas e a manutenção das instalações e sistema do CECAFA.

### **Cursos de Altos Estudos de Política Estratégica**

No empreendimento de esforços, no sentido de reestruturar a Escola Superior de Guerra (ESG) já foram cumpridas, em 2003, várias etapas relevantes, inclusive a formulação de metas que devem ser alcançadas até o ano de 2005. Entre essas metas, podem-se destacar as seguintes: reavaliar os documentos relativos ao pensamento estratégico e ao processo de formulação desse pensamento; avaliar e eventualmente redefinir os cursos hoje ministrados na ESG, especialmente no tocante a currículos, pertinência, duração e número de vagas; possibilitar que a conclusão do curso da ESG corresponda a um diploma em nível de pós-graduação e explorar, para tanto, a possibilidade e a conveniência de parcerias com outras entidades acadêmicas; promover, na Escola, atividades acadêmicas que estimulem docentes das universidades brasileiras a participar de estudos e pesquisas referentes a defesa, visando a facilitar a integração do Ministério da Defesa e, em particular, da ESG com o meio acadêmico civil; atualizar a gratificação paga ao corpo docente da Escola; e examinar alternativas de captação de recursos não-orçamentários para a instituição. No que se refere aos cursos oferecidos pela ESG – entre os quais se destaca o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia –, o ano de 2003 concluiu-se de forma plenamente satisfatória, havendo a Escola diplomado um total de 214 estagiários.

### **Participação Brasileira em Missões de Paz**

Esta ação foi inserida no PPA 2000/2003 no ano de 2003, por transformação da Ação 6002 – “Missão das Nações Unidas no Timor Leste”, criada em 2002. Essa transformação tornou a ação mais abrangente, permitindo dar suporte a qualquer missão de paz, sem a especificidade de ser no Timor. Até o exercício de 2001, esta atividade vinha sendo suportada por créditos extraordinários, abertos para atender necessidades imediatas. Com a continuidade da missão, em 2002, já a meio do exercício, foi contemplada com uma ação, que passou a abrigar as dotações necessárias, inclusive em Pessoal, além do custeio e do investimento. As dotações recebidas tem sido as necessárias e suficientes, entretanto, são recebidas já com o exercício avançado em meses, enquanto a missão perdura sem solução de continuidade, onerando o orçamento das Forças empenhadas (Exército e Aeronáutica) e causando atropelos posteriores de execução.

No corrente ano, como vem ocorrendo desde seu início, a continuidade da participação brasileira nessa missão da ONU exigiu 02 (dois) revezamentos do contingente enviado ao Timor, que aconteceram em abril e outubro de 2003, atendendo às transformações de finalidade ditadas pelas Nações Unidas, coerentes com a evolução da conjuntura Timorense. Os recursos são utilizados pelas Forças no preparo, adestramento, transporte e manutenção em operações do contingente, mediante coordenação do Estado-Maior de Defesa dos créditos e transferências dos recursos financeiros correspondentes.

A ação é executada pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, sob coordenação e controle do Estado-Maior de Defesa, mediante transferência de recursos (crédito e financeiro). A distribuição dos recursos da ação contemplou R\$ 5.200.000 de custeio e investimento para os dois revezamentos realizados e R\$ 11.000.000,00 de despesas de pessoal, de uma única vez para todo o ano, com ajuda de custo e remuneração no exterior.

### **Operações Militares Combinadas e Conjuntas e Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira**

O Programa “Operações Militares” e a sua ação principal que lhe dá consistência “Operações Militares Combinadas ou Conjuntas” foram criados e introduzidos no PPA 2000/2003, apenas em 2002, estando, portanto, no seu segundo ano de execução, sempre insuficientemente dotados de recursos para a magnitude da atividade e dos resultados pretendidos. A necessidade inicial de R\$ 32.000.000,00 somente foi contemplada na LOA



2003 com R\$ 15.000.000,00, obrigando a uma drástica reformulação de planejamento, com redução proporcionalmente das metas. Posteriormente, como consequência da aplicação do Decreto nº 4.591/2003, o limite autorizado foi reduzido de um terço, para dez milhões, ou seja, apenas 30% das necessidades originais. Mais recentemente, a restrição de despesas em diárias e outras despesas com locomoção (Decreto 4.691/2003) impôs novas dificuldades, particularmente na concentração dos meios para início das operações, o que implicou em efeitos negativos nos resultados, dificultando sobremaneira a execução, mesmo após a exceção feita ao Ministério da Defesa, proporcionada pela Portaria nº 99/2003, do Ministério do Planejamento (MP).

Diante das restrições, foram eleitas para execução em 2003 :

- “Operação TIMBÓ” – grande exercício de emprego combinado das Forças na Defesa Territorial, realizado na Amazônia Ocidental, voltado para a fronteira W, tendo por eixo a calha do Solimões e seus afluentes, que teve como tema a proteção da incolumidade territorial contra a invasão de nacionais de país vizinho conflagrado, refugiados ou contendores e a preservação da neutralizada brasileira no conflito, com destaque, às Forças, no valor de R\$ 4.920.000,00 (quatro milhões, novecentos e vinte mil reais), reservando-se ao Estado Maior de Defesa (EMD), R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para as despesas de planejamento, acompanhamento e avaliação;
- “Operação MARACAJU” – programada, porém reduzida e adiada para o último bimestre, devido a restrições de ordem orçamentária – exercício de emprego combinado das Forças no Policiamento e Defesa Aeroespacial do Território, abrangendo a região Centro-Oeste, partes da Sul e Sudeste, contra incursões aéreas clandestinas. Esta operação perdura no tempo de execução: Custo: R\$ 3.136.000,00 (três milhões, cento e trinta e seis mil reais);
- “Operação FELINO” - (participação com observadores) - em Moçambique/África, exercício de Força de Paz, no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP – Custo R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais); e
- Realização de duas operações de menor envergadura, decorrentes de necessidades verificadas na análise pós-ação da “Operação TIMBÓ”, no mesmo ambiente temático, atendendo possíveis evoluções de situação. Uma com base na Força Naval, na calha do Solimões e afluentes e, outra, a “Operação AJURICABA”, com base na Força Terrestre, voltada para o Norte, a Leste da Amazônia Ocidental. Custo de: R\$ 1.635.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil reais).

De forma complementar às Operações, a ação “Intensificação da Presença das Forças Armadas nas Áreas de Fronteira”, atua através da execução de um conjunto de ações e atividades militares pontuais de intensificação do patrulhamento terrestre e fluvial, com apoio de meios aéreos orgânicos, realizadas de forma quase que simultânea, pelas Forças Naval e Terrestre, ao longo da faixa de fronteira que se desenvolve desde o Rio Traíra, ao Norte, até o Paraguai – Paraná ao Sul, com custo de R\$ 1.000.000,00.

### **Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM**

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) está sendo implementado e direcionado para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio de conhecimentos e informações oriundas de um grande banco de dados, contribuindo para atender as diretrizes gerais decorrentes da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal e as diretrizes gerais no que se aplica à vigilância do espaço aéreo, em consonância com a Política de Defesa Nacional. As informações relativas ao detalhamento da execução deste programa estão contidas no relatório das ações do Comando da Aeronáutica.

### **Comando da Aeronáutica**

#### **Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro**

O Presidente da República estabeleceu, na data de 13 de julho de 2000, a Diretriz Presidencial para a Revitalização da Força Aérea Brasileira, que determinava uma série de missões e atribuía ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda, Ministério da Defesa, Casa Civil da Presidência da República e Comando da Aeronáutica a condução de ações específicas em proveito da revitalização da Força Aérea Brasileira - FAB.

Ao Comando da Aeronáutica coube a ação específica de dar prioridade às medidas necessárias à implementação do controle do espaço aéreo brasileiro, recuperação e substituição de aeronaves, melhoria da logística da FAB e treinamento adequado dos seus pilotos.

Dentre as missões relacionadas, destacou-se a de modernizar e adquirir aeronaves para substituição daquelas que, devido a sua longevidade, apresentavam problemas logísticos, operacionais e econômicos, que desaconselhavam a sua permanência em operação, sendo então estabelecido o Programa de Fortalecimento do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PFCEAB), destinado ao provimento do necessário suporte ao efetivo controle do espaço aéreo brasileiro.

São apresentados a seguir os dados relativos ao andamento de cada um dos projetos do PFCEAB, quanto ao seu objetivo, situação atual e perspectivas:

*Modernização do AM-X* – Este projeto objetiva resolver graves problemas de obsolescência de alguns equipamentos da atual configuração das 53 aeronaves AM-X, buscando a máxima comunalidade com os projetos AL-X e F-5BR. Visa, também, à aquisição e à integração do radar à aeronave e à aquisição dos sistemas fotográficos para a missão de reconhecimento aéreo. O processo de negociação com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) foi finalizado, sendo que a assinatura do contrato comercial dependerá da disponibilidade de recursos orçamentários específicos, constantes no PPA 2004-2007;

*Produção do AL-X* – Tem por objetivo a produção de 76 aeronaves, com opção de mais 23, destinadas ao policiamento do espaço aéreo, em proveito do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e ao treinamento de equipagens. Em 2003 foram realizados os trabalhos de preparação para o início da produção seriada, constando do recebimento de materiais e equipamentos e ativação da linha de montagem, com vistas a viabilizar a entrega das aeronaves a partir de janeiro de 2004;

*Modernização do F-5 BR* - O escopo desse projeto é a modernização das 47 aeronaves F-5 E (monoposto) e F-5 F (biposto), por meio da substituição dos seus sistemas de navegação e de defesa e ataque, além de uma revitalização estrutural, serviços estes que, desde 19 de fevereiro de 2001, estão a cargo da EMBRAER, que utiliza tecnologia da empresa israelense ELBIT, subcontratada. Em 2003 foram concluídos os trabalhos de preparação do protótipo biposto e iniciados os vãos de ensaio. Está sendo realizada a preparação do protótipo monoposto com previsão de início dos vãos de ensaio para março de 2004. Com uma cadência estimada de produção mensal de 2 aeronaves, o início do recebimento das aeronaves modernizadas que inicialmente estava previsto para abril de 2004 foi adiado, em razão das restrições orçamentárias, para fevereiro de 2005;

*Modernização do P-3 BR* – Este projeto tem como objetivo prover a FAB de aeronaves de Patrulha Marítima e Anti-submarino, baseadas em terra, a fim de recuperar a capacidade operacional na Missão Anti-submarino, interrompida após a desativação das aeronaves P-16E em 1996. Trata-se da modernização de 9 aeronaves, de um lote de 12 aeronaves P-3A adquirido junto ao acervo da reserva da Marinha dos EUA. As 3 aeronaves restantes serão desmontadas para serem utilizadas como itens de suprimento. Após a ratificação do Processo de Seleção pelo Conselho de Defesa Nacional e definida a empresa que ofereceu a melhor proposta (EADS-CASA), foram concluídas as negociações para a elaboração de uma minuta de contrato comercial. Atualmente, aguarda-se uma definição quanto à disponibilidade de recursos orçamentários para se proceder a assinatura dos contratos mencionados e dar seguimento à rotina de aprovação da operação de crédito externo;

*Aquisição do CL-X* – Este projeto prevê a aquisição de 12 aeronaves de transporte de categoria leve, destinadas à substituição das aeronaves C-115 Búfalo, em fase final de utilização. Após a ratificação do Processo de Seleção pelo Conselho de Defesa Nacional e definida a empresa que ofereceu a melhor proposta (EADS-CASA), foram concluídas as negociações para a elaboração de uma minuta de contrato comercial. Atualmente, aguarda-se uma definição quanto à disponibilidade de recursos orçamentários para se proceder a assinatura dos contratos mencionados e dar seguimento à rotina de aprovação da operação de crédito externo. Estas aeronaves começarão a ser entregues, em princípio, depois de decorridos 24 meses do término das negociações contratuais;

*Aquisição do F-XBR* – Tem por objetivo a aquisição de até 24 aeronaves F-XBR, destinadas ao cumprimento da missão de Defesa Aérea, em substituição às aeronaves F-103 Mirage. O projeto foi postergado por um ano por decisão do Presidente da República. Aguarda-se a homologação do Processo de Seleção do projeto por parte do Conselho de Defesa Nacional;

*Aquisição do C-130* – O Projeto C-130 é considerado como de grande importância para o transporte logístico operacional de interesse das três forças armadas, sendo, também, um dos principais meios aéreos da FAB para o

apoio prestado às diversas necessidades de cunho cívico-social, nacionais e internacionais, desempenhando, ainda, essencial papel no suporte às missões de busca e salvamento, muitas delas conduzidas em largas áreas oceânicas. Em 2003 foi concluído o recebimento das 10 aeronaves adquiridas, em processo de alienação pela Aeronáutica Militar Italiana, juntamente com material logístico e de apoio de solo;

*Aquisição do F-5 E/F* - A necessidade da aquisição de aeronaves F-5 F (biposto) decorre da existência de apenas 3 aeronaves biposto no acervo da FAB. Essa quantidade é considerada insuficiente, levando-se em conta o longo prazo de utilização da frota de F-5 BR até 2015. As negociações iniciadas com a Suíça foram adiadas para se efetuar uma nova verificação da situação atual do mercado, com vistas à obtenção do número desejado de aeronaves sem que seja necessária a transformação de aeronaves monoposto em biposto;

*Aquisição de Helicópteros de Porte Pesado (CH-X)* – O objetivo deste projeto é dotar a FAB de uma frota inicial de 4 helicópteros de grande porte para o transporte dos radares móveis do SIVAM/SIPAM (Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia), apoio à Defesa Civil, nos casos de calamidades públicas, combate a incêndios, transporte aéreo logístico, busca e salvamento de longa distância e operações aéreas especiais, a serem conduzidas, prioritariamente, na região amazônica. Foi concluída a etapa referente às negociações (face-to-face) com as empresas. As demais atividades do Processo de Seleção foram postergadas, temporariamente, em função de restrições orçamentárias; e

*Projeto de Recebimento e Implantação do R-99 A/B* – Embora esse projeto não conste da Diretriz Presidencial, é tratado como tal pela sua importância no contexto do controle do espaço aéreo brasileiro e pelo seu sensível envolvimento com o SIVAM/SIPAM. Trata-se da aquisição, com recursos do Projeto SIVAM, de 5 aeronaves para a missão de vigilância aérea e de 3 outras para as atividades de sensoriamento remoto. Em 2003 foi finalizado o processo de recebimento destas aeronaves.

## **Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro**

A necessidade de garantir a segurança do tráfego aéreo e a vigilância e o controle do espaço aéreo são premissas básicas para o atendimento do público alvo, que é representado pelas empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, Unidades Aéreas da Força Aérea, Exército e Marinha, usuários ou assinantes de sistemas, redes ou estações de telecomunicações do Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica. Para tanto, foi implementado o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), ao qual compete, também, a prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo, Meteorologia Aeronáutica, Busca e Salvamento e Informações Aeronáuticas no espaço aéreo sob jurisdição e responsabilidade do Brasil, que são executados de acordo com os acordos e planos estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), e propiciam o incremento do crescimento do tráfego aéreo doméstico e internacional, da evolução tecnológica das aeronaves, dos meios de controle do tráfego aéreo e das comunicações aeronáuticas.

O processo de planejamento do SISCEAB procura condicionar a implementação de suas Metas à obtenção de uma relação positiva de benefícios e custos, tendo como premissa básica que a segurança das operações aéreas não deva ser condicionada a limites orçamentários, já que a manutenção do SISCEAB não permite solução de continuidade nas ações planejadas, depende de um fluxo financeiro contínuo para o sistema ser mantido, além do aporte constante de recursos oriundos do recolhimento das tarifas de navegação aérea e seus respectivos adicionais tarifários.

O ano de 2003 foi caracterizado pela continuidade da modernização do sistema de vigilância com o início do processo de revitalização dos radares adquiridos nas décadas de 70 e 80, e pelo início da implantação dos 10 radares de área terminal, que estarão substituindo os obsoletos e existentes em áreas onde, atualmente, o tráfego aéreo é mais intenso e exige vigilância radar efetiva. Tais ações visam proporcionar o aumento da segurança e a fluidez do tráfego aéreo, tanto nas áreas terminais, assim como em rota, conseqüentemente, minimizar os riscos de incidentes/acidentes. Propiciará, também, a diminuição dos congestionamentos nos aeródromos mais importantes, ou seja: menor tempo de espera para pousos e decolagens, redução considerável de consumo de combustível e, logicamente, dos indesejáveis atrasos de vôos.

Além disso, continua em andamento a substituição dos equipamentos obsoletos existentes nos sistemas de telecomunicações do Primeiro Centro Integrado de Vigilância e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA 1), de modo a eliminar o contínuo risco de falha nas comunicações entre os órgãos de controle de tráfego aéreo e as aeronaves em vôo.

Com a implantação definitiva do SIVAM, em função da manutenção do gigantesco acervo de sistemas e equipamentos que propiciam o controle do tráfego aéreo de 52% do território nacional (Amazônia), novos custos foram agregados ao SISCEAB sem a liberação dos correspondentes recursos específicos, o que, conseqüentemente, penalizou implantações e o fluxo de suprimento para a manutenção do SISCEAB.

Podem ser citados, como fatos mais relevantes no ano de 2003, as seguintes atividades: Continuação da implantação do Sistema de Comunicações, Navegação, Vigilância/ Gerenciamento do Tráfego Aéreo (CNS/ATM), com o objetivo de adequar o Brasil às novas tecnologias de controle do tráfego aéreo, com conclusão de implantação prevista para o ano de 2010; Continuação do recebimento e implantação de equipamentos de telecomunicações terra/avião para substituição dos existentes na área do CINDACTA 1, com previsão de conclusão para o ano de 2004; Continuação da aquisição, recebimento e implantação de 10 radares de área terminal, com conclusão prevista para o ano de 2005; Continuação da modernização de 79 radares do SISCEAB, com conclusão prevista para o ano de 2006; e Implantação do Centro Geral de Navegação Aérea (CGNA) no Instituto de Proteção ao Voo (IPV), com conclusão prevista para o ano de 2005.

## **Aviação Civil**

O crescimento constante do transporte aéreo no Brasil é acompanhado diuturnamente pela autoridade aeronáutica civil brasileira. Foram elaborados, no ano de 2003, importantes estudos sobre demanda e transporte aéreo, destacando-se a confecção do Plano Aeroviário Estadual do Rio Grande do Sul e do Plano Diretor para o novo aeroporto de Guarapari.

No que se refere à participação da autoridade aeronáutica civil brasileira em organismos e eventos nacionais e internacionais de relevância, pode-se destacar as seguintes participações: Reunião de Coordenação da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, da Quinta Conferência Mundial de Transporte Aéreo; Quarta Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-África do Sul; LXIV Reunião do Comitê Executivo da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil; 2ª Reunião do Acordo de Transporte Aéreo Sub-regional e Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Uruguai; 2ª Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Coreia do Sul; 2ª Reunião do Grupo de Negociações com a União Européia; Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-República do Panamá; XII Reunião do Conselho de Autoridades do Sistema Sub-regional; 7ª Reunião do Grupo AVSEC da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil; Cúpula Internacional sobre Segurança da Aviação; Reunião do Grupo de Direção (SG) do Comitê de Proteção Ambiental em Aviação-CAEP e 15ª Reunião do Painel de Segurança da Aviação Civil (AVSECP/15).

Durante todo o ano de 2003, o Departamento de Aviação Civil (DAC) atuou em áreas igualmente importantes do complexo setor da aviação civil, realizando desde o acompanhamento técnico da homologação do mais moderno exemplar da indústria aeronáutica brasileira, o ERJ-170, aeronave de grande porte totalmente fabricada no Brasil pela EMBRAER, até a regulação da oferta das empresas aéreas com a demanda do mercado.

Visando a constante formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos do Sistema de Aviação Civil, houve a realização de cerca de 34 cursos, formando 1.227 alunos dos mais diversos segmentos da aviação civil brasileira. Além disso, houve a realização de diversos simpósios e seminários para aperfeiçoar os serviços prestados pela Autoridade Aeronáutica, indo ao encontro às expectativas dos usuários. Foram homologados 133 cursos e 6 escolas de aviação civil receberam autorização de funcionamento, perfazendo um total de 101 escolas e 164 aeroclubes ativos e 1.650 cursos homologados.

No ano de 2003, o DAC conduziu também o processo de compra da aeronave de instrução AMT-600 GURI, integralmente produzida no Brasil pela AEROMOT Indústria Mecânico-Metalúrgica Ltda., para incentivar a indústria aeronáutica de bandeira brasileira e modernizar a frota de aeronaves das unidades de instrução profissional da aviação civil, possibilitando a redução do preço das horas de voo nos aeroclubes, principais contemplados com o direcionamento dos aviões. A partir de 2004, está prevista a entrega anual de quatro aviões durante um período de cinco anos.

Na área da infra-estrutura aeroportuária, foram homologados 17 helipontos em navios-plataforma, bem como registrados 490 aeródromos privados e 135 helipontos privados. Foram concluídas as ações necessárias para o início da Certificação Operacional de Aeroportos, em cumprimento a Emenda nº 4 do Anexo 14 da OACI, de 01 de novembro de 2001.

No decorrer de 2003, o DAC também instituiu medidas visando adequar a oferta das empresas aéreas à realidade da demanda do transporte aéreo, o que possibilitou estancar um dos principais óbices ao

desenvolvimento do setor, que era a super-oferta de serviços. Desde a sua implementação, o nível médio de aproveitamento da indústria apresentou significativa recuperação, passando de 53% em 2002 para 62% em 2003, propiciando uma recuperação econômica das empresas brasileiras, com a redução de seus prejuízos operacionais.

O incremento do sistema de segurança aeroportuária também foi uma preocupação do DAC em 2003. A segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita teve tratamento prioritário, sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, resultando na revisão do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil (PNAVSEC), que coordena a atuação das demais autoridades envolvidas (Polícia Federal, Receita Federal, Vigilância Sanitária, Vigilância Agropecuária e órgãos de segurança pública dos Governos estaduais).

O PNAVSEC foi revisado, sendo adequado à estrutura do Sistema de Aviação Brasileiro, ao arcabouço da legislação vigente em nosso País e às modificações aprovadas pelos Estados Contratantes da Convenção da Aviação Civil Internacional, em razão dos trágicos eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001, nos EUA. Desse modo, nosso País conta hoje com um programa de segurança moderno e adequado às novas formas de ameaças internacionais.

Desta forma, a aviação civil brasileira vem apresentando um desempenho que garante perspectivas animadoras quanto ao futuro. Apesar das restrições orçamentárias dos últimos anos, tem se reestruturado à espera das modificações que venham a serem implementadas, devendo fazer face às demandas crescentes, o que garantirá um serviço de qualidade cada vez mais acessível à população brasileira, além de manter em elevado nível a segurança da atividade aérea, patamar reconhecido e formalizado pela categorização atribuída ao País pelas autoridades civis aeronáuticas dos EUA e pela OACI.

## **Operações Aéreas**

O Comando da Aeronáutica, dando continuidade à realização de operações aéreas com o objetivo de aprimorar o preparo e emprego da FAB, distribuiu ao Comando-Geral do Ar (COMGAR), no ano de 2003, um esforço de 101.257,25 horas de voo, cuja maior parte foi destinada à manutenção e ao treinamento das equipagens, em aproveitamento do cumprimento de missões de caráter social, ações humanitárias, busca e salvamento, patrulha marítima, apoio aos Comandos do Exército e da Marinha, a órgãos federais, estaduais e municipais, além das tarefas realizadas no âmbito da defesa aeroespacial brasileira, em conjunto com outras Forças Armadas.

Sendo assim, durante o ano de 2003, foram realizados inúmeras operações e exercícios aéreos, destacando-se as seguintes:

*Porteira Fechada*: operação de policiamento do espaço aéreo, prioritariamente na fronteira oeste do território nacional;

*Aspirantex*: operação em conjunto com a Marinha do Brasil, nível Força Tarefa (FT), visando apoio aéreo e adestramento de táticas de guerra eletrônica;

*Atlântida*: operação de retirada de brasileiros residentes em Angola;

*Timbó*: operação do Ministério da Defesa com o objetivo de patrulhar a fronteira oeste (controle terrestre de imigração clandestina, repressão ao contrabando e narcotráfico) reafirmando a presença do Estado e garantindo a soberania do país na região;

*Lobo Guará*: operação, de médio porte, em conjunto com o Exército Brasileiro (Comando Militar do Sul) em apoio à manobra da Força Terrestre, empregando pela primeira vez a estrutura de Comando e Controle nos moldes da OTAN, inclusive com emprego de Artilharia Antiaérea (AAAe);

*Ajuricaba*: operação, de grande porte, em conjunto com o Exército Brasileiro (Comando Militar da Amazônia) com o objetivo de validar a Doutrina de Resistência por parte da Força Terrestre;

*Congo*: apoio a Força Multinacional de Emergência Provisória em Bunia (República Democrática do Congo), contribuindo na proteção ao aeroporto local, estabilização das condições de segurança da população civil, dos membros das Nações Unidas e da presença humanitária na cidade;

*Escudo*: compor uma estrutura de defesa contra atitudes e ações desfavoráveis ao lançamento do Veículo Lançador de Satélite (VLS) no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com a participação das três Forças Singulares e Órgãos Governamentais;

*Guanabara*: operação em apoio aos Órgãos de Segurança Pública empenhados no combate à criminalidade no município do Rio de Janeiro;

*Jilot*: operação de resgate de cidadãos brasileiros em La Paz, em virtude da convulsão social que atingiu a Bolívia;

*Maracaju II*: operação de policiamento do espaço aéreo, no setor sudoeste do País, a fim de inibir o movimento de aeronaves desconhecidas e dissuadir ações ligadas aos ilícitos transnacionais;

*Triplíce Fronteira*: operação do Ministério da Defesa, com a intensificação do policiamento do espaço aéreo na região da tríplice fronteira, contribuindo para a preservação da ordem pública, a incolumidade das pessoas e patrimônio nacional; e

*Princesa dos Pampas*: operação em coordenação com a Polícia Federal, destruindo pistas clandestinas e inviabilizando sua utilização em apoio a atividades ilícitas, principalmente tráfico de drogas.

Destaque-se, ainda, os apoios prestados à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), na realização da Operação Gota, promovendo a vacinação de comunidades situadas em localidades isoladas e de difícil acesso, e a Operação PROANTAR (Programa Antártico Brasileiro), permitindo a continuidade das pesquisas científicas no Continente Antártico, em apoio às entidades ligadas a este projeto.

### **Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM**

No decorrer do exercício de 2003, o Projeto SIVAM concluiu uma parcela significativa de atividades, envolvendo os recebimentos e a operacionalização de, aproximadamente, 95% das obras civis, equipamentos e sistemas, previstos no escopo contratual.

No período, foram iniciadas as atividades de passagem das obras civis e de manutenção e operação dos sistemas e equipamentos dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) de Manaus, Porto Velho e Belém para o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), através da Casa Civil da Presidência da República.

A Comissão para Coordenação do Projeto SIVAM (CCSIVAM) também buscou, insistentemente, junto à Contratada (Raytheon), diversas soluções para os problemas de performance do sistema VHF de comunicações, encontrados durante os primeiros recebimentos em campo. Finalmente, no decorrer do mês de dezembro, após a apresentação de diversas propostas e modificações de hardware e software, configurou-se um ciclo de avaliação consistente do sistema.

A finalização das obras civis do Núcleo de Telecomunicações de Brasília permitiu a instalação e o recebimento de diversos equipamentos que compunham a configuração do anteriormente extinto Centro de Coordenação Geral (CCG), possibilitando a integração dos diversos órgãos da administração pública federal, situados em Brasília, aos produtos e atividades executados nos Centros Regionais de Vigilância de Manaus, Porto Velho e Belém.

Nesse contexto, foram executadas em complemento às ações realizadas em anos anteriores, as seguintes atividades relevantes do Projeto:

*Sistemas e Aeronaves do SIVAM*: Entrada em operação da quinta e última aeronave de Vigilância Aérea (SA); Entrada em operação da terceira e última aeronave de Sensoriamento Remoto (RS); Entrada em operação da quinta e última aeronave C-130, após revitalização de sistemas; Conclusão da integração nos EUA dos equipamentos de missão das aeronaves SA e RS; e Realização dos testes de recebimento do sistema datalink das aeronaves SA e RS.

*Conclusão de Obras Civis do SIVAM*: 1 (uma) Unidade de Vigilância e Telecomunicações (UVT); 10 (dez) Unidades Detectoras de Raio; Núcleo de Telecomunicações (NuTel); 2 (dois) Sistemas de Pouso por Instrumento (ILS); 18 (dezoito) Unidades de Vigilância (UV); 253 (duzentos e cinquenta e três) Órgãos Usuários (OU); e 11 (onze) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS).

*Instalação de equipamentos nos Sítios Operacionais do SIVAM (iniciados):* 2 (dois) Radares Primários (PSR); 18 (dezoito) Sistemas de Telecomunicações por Satélite de Sítios Remotos; 10 (dez) Radares Meteorológicos; 2 (dois) Radares Transportáveis; 3 (três) Sistemas de Pouso por Instrumento (ILS); 7 (sete) Estações de Meteorologia de Altitude (EMA); 11 (onze) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS); 273 (duzentos e setenta e três) Órgãos Usuários (OU); 1 (um) Concentrador de Telecomunicações por Satélite (HUB); 117 (cento e dezessete) Plataformas de Coleta de Dados; 5 (cinco) Unidades Detectoras de Raio; e 21 (vinte e uma) Estações Remotas de VHF.

*Instalação de equipamentos nos Sítios Operacionais do SIVAM (Concluídos):* 1 (uma) Estação Central VHF; Hardware e Software do Subcentro de Operações (SCO); Hardware e Software do Subcentro de Coordenação (SCC) de Manaus, Porto Velho e Belém; 18 (dezoito) Sistemas de Telecomunicações por Satélite de Sítios Remotos; Rede Administrativa Computacional do Centro de Vigilância Aérea (CVA) e dos Centros Regionais de Vigilância (CRV) de Manaus, Porto Velho e Belém; 3 (três) Radares Secundários (MSSR) Isolados; 3 (três) Radares Primários (PSR); 1 (um) Radar Transportável; 3 (três) Sistemas de Pouso por Instrumento (ILS); 7 (sete) Estações de Meteorologia de Altitude (EMA); 17 (dezessete) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS); 4 (quatro) Consoles de Operação do Centro Regional de Vigilância (CRV) de Belém; 2 (dois) Concentradores de Telecomunicações por Satélite (HUB); 85 (oitenta e cinco) Plataformas de Coleta de Dados (PCD); e 191 (cento e noventa e um) Órgãos Usuários (OU).

Do escopo relativo às aquisições de equipamentos e sistemas do Projeto SIVAM, faltam serem concluídos os recebimentos dos itens abaixo listados, com finalização estimada até 31 de julho de 2004: 3 (três) Radares Transportáveis; 1 (um) Radar Primário (PSR); 36 (trinta e seis) Estações de Meteorologia de Superfície (EMS); 27 (vinte e sete) Estações Remotas de VHF; 94 (noventa e quatro) Plataformas de Coleta de Dados (PCD); e 356 (trezentos e cinquenta e seis) Órgãos Usuários (OU).

As reprogramações promovidas nas atividades do Contrato, com a re-inclusão do projeto de construção do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, permitem antever que o SIVAM somente deverá estar totalmente implantado e operacional no primeiro semestre de 2006, incluindo o término de todas as garantias.

## **Tecnologia Espacial**

Em acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais, que objetiva a utilização dos recursos e técnicas espaciais na solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira, o Comando da Aeronáutica desenvolve, no contexto do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), os Projetos Veículo Lançador de Satélites e Foguetes de Sondagem, que visam capacitar o país no projeto e construção de veículos lançadores de satélites e de cargas úteis suborbitais, contribuindo para a melhor qualificação no competitivo mercado internacional de alta tecnologia, sendo igualmente responsável pela implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que visa dotar o país de um sítio adequado para o lançamento de veículos espaciais, atendendo tanto às necessidades nacionais quanto à prestação de serviços para organizações estrangeiras, podendo tornar-se significativa fonte de divisas.

O projeto do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), primeiro passo para que o Brasil domine o desenvolvimento e construção de veículos capazes de colocar satélites em órbita, encontra-se na fase de desenvolvimento e qualificação, estando previsto, em sua primeira fase, em consonância com o PNAE, o desenvolvimento de novos veículos, além do VLS-1, tais como o VLM (Veículo Lançador de Microsatélites) e o VLS-2 (Veículo Lançador de Satélites de Médio Porte).

A missão do VLS-1 é colocar satélites de até 350 kg em órbitas circulares baixas de pequenas inclinações, ou satélites de até 270 kg em órbitas polares de aproximadamente 200 km. Naturalmente, entre suas missões está incluída a injeção em órbitas dos satélites previstos no PNAE, ou seja, de coleta de dados (115 kg em órbita circular quase equatorial de 750 km), e de sensoriamento remoto (200 kg em órbita circular polar de 450 Km).

Já foram realizados dois lançamentos do VLS-1 a partir da Plataforma de Lançamento de Veículos Lançadores de Pequeno Porte, do CLA, localizado na cidade de Alcântara - MA. O primeiro foi em novembro de 1997 e o segundo, em dezembro de 1999.

Em agosto de 2003 houve a tentativa de lançar o 3º protótipo do veículo de lançamento VLS-1, que resultou em triste acidente que vitimou 21 (vinte e um) especialistas do Centro Técnico Aeroespacial (CTA).

Em 2003 ocorreu o desenvolvimento da primeira fase do Sistema Integrado de Tratamento de dados de Localização (SITDC), o qual visa padronizar e integrar o acompanhamento e a visualização de trajetória de foguetes lançados quer do CLA quer do Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV).

### **Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária**

O Programa Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroportuária foi inserido no PPA 2000/2003 visando suportar o desenvolvimento sócio-econômico nacional através da continuidade da expansão e modernização da infra-estrutura aeroportuária; apoiar as empresas no escoamento de suas produções; aumentar as opções de acesso ao território nacional, como parte essencial da inserção competitiva do país no Mercosul; e estabelecer opções de acesso de aeronaves civis e militares em todo país como fator de integração, desenvolvimento e de defesa nacional.

O programa tinha por objetivo aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileiro, elevando até o final do PPA 2000/2003, o grau de desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária de 78% para 91% e o nível de utilização da capacidade dos aeroportos de grande porte de 41% para 53%, tendo como público alvo os utilizadores do sistema aeroportuário nacional, articulando, para atingir este objetivo, um conjunto de 21 ações que agrupam projetos e atividades desenvolvidas nos aeródromos e aeroportos de interesse nacional e estadual. As metas foram comprometidas pelo contingenciamento imposto ao Comando da Aeronáutica.

A manutenção e o reaparelhamento dos 67 aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO), empresa pública vinculada ao Ministério da Defesa, são suportadas pelas ações Manutenção da Infra-estrutura Aeroportuária e Reaparelhamento da Infra-estrutura Aeroportuária, mediante aplicação de recursos próprios e recursos oriundos de parcerias com governos estaduais, municipais e federais, têm por suporte outras 14 ações de construção, modernização, reforma e ampliação de aeroportos incluídas no programa. Neste contexto, destacam-se as seguintes obras: a inauguração das obras dos Terminais de Passageiros dos Aeroportos de Campinas – SP (junho de 2003); Porto Velho – RO (julho de 2003); Campina Grande – PB (outubro de 2003); e Brasília – DF (dezembro de 2003). Registra-se, também, a continuidade, em 2003, das obras de construção dos novos Terminais de Passageiros dos Aeroportos de Recife – PE e Maceió – AL (inauguração prevista para abril e dezembro de 2004, respectivamente), bem como da obra de ampliação e modernização do Aeroporto de Congonhas – SP (inauguração prevista para agosto de 2004).

Os aeroportos de interesse estadual são contemplados com recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos e Aeródromos (PROFAA), através das ações Construção de Aeroportos de Interesse Estadual e Reforma e Ampliação de Aeroportos de Interesse Estadual. As obras, são realizadas por meio de convênio, entre a União, representada pelo DAC, e o Estado interessado. No ano de 2003, em decorrência do contingenciamento orçamentário, foram liberados recursos apenas para realização de obras em aeroportos das seguintes localidades: Bonito – MS, Cacoal – RO, Barreirinhas – MA, Curitiba – SC e Pontes e Lacerda – MT.

Dentro da ação Implantação de Módulos de Combate a Incêndio, a Diretoria de Engenharia da Aeronáutica (DIRENG) adquiriu 9 carros de contra-incêndio do tipo AP-2, com capacidade para 6.000 litros de água; 8 carros de resgate e 6 carros limpa pista e varredora. Foram, também executadas obras de construção de Seções Contra Incêndio nas Bases Aéreas de Canoas – RS; Manaus – AM; no Campo de Provas Brigadeiro Velloso e nos aeroportos de Chapecó – SC; Itaituba – PA; e Ji-Paraná – RO.

Finalmente, na ação Reforma e Ampliação de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional, a DIRENG está realizando obras nos aeródromos das Bases Aéreas de Anápolis – GO; Boa Vista – RR; Brasília – DF; Fortaleza – CE; Manaus – AM; Natal – RN; Porto Velho – RO; e ainda no Campo de Provas Brigadeiro Velloso – PA. Foram, também realizadas obras nos aeródromos de Caracará – RR; Eirunepé – AM; Ipiranga – AM; São Gabriel da Cachoeira – AM; e Pará de Minas – MG.

### **Comando do Exército**

O Exército tem a missão de assegurar a defesa da Pátria e a garantia dos Poderes Constitucionais, a lei e a ordem, contribuir para a dissuasão de ameaças à soberania, à integridade territorial, ao patrimônio e aos interesses vitais do Brasil; manter-se em condições de ser empregado em qualquer ponto do território nacional, por determinação do Presidente da República, de forma emergencial e temporária; cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País.



Para o cumprimento de sua missão constitucional, o Exército conta, particularmente, com os seguintes programas que integram o Plano Plurianual do Governo Federal:

- 0620 - Adestramento e Operações Militares do Exército (PAOMEx); e
- 0628 - Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro (PRAEB).

### **Adestramento e Operações Militares do Exército**

O Programa de Adestramento e Operações Militares destina-se ao preparo, à capacitação, ao adestramento e ao emprego da Força Terrestre, além da manutenção e suprimento de materiais de emprego militar, com o objetivo de assegurar o cumprimento da missão constitucional do Exército.

Apesar das reconhecidas restrições orçamentárias impostas ao programa, algumas realizações tiveram destaque junto ao público-alvo no corrente ano, fruto, principalmente, da dedicação, profissionalismo e espírito de cumprimento de missão dos integrantes da Força Terrestre:

- “Operação Timbó”, realizada na Amazônia Ocidental Brasileira, envolveu meios significativos em pessoal e material da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e contou com a participação de diversos órgãos do Governo Federal que atuam na região;

- “Operação Ajuricaba”, realizada sob a coordenação do Comando Militar da Amazônia, com o emprego de quatro Brigadas de Infantaria de Selva, incluindo tropas do Batalhão de Forças Especiais e helicópteros do 4º Esquadrão de Aviação do Exército;

- “Operação Lobo Guará”, realizada no Rio Grande do Sul, envolveu, aproximadamente, cinco mil militares e 850 viaturas das Grandes Unidades e Organizações Militares diretamente subordinadas à 3ª Divisão de Exército, além de outras Grandes Unidades do Brasil. Contou, também, com o apoio de militares da Força Aérea Brasileira e a participação de 15 pára-quedistas do Exército Argentino, dando continuidade à integração entre as Forças Armadas dos países sul-americanos;

- operações para a garantia da lei e da ordem, executadas nos municípios de Fernão Dias (SP) e Serra Branca (PB), tiveram impactos positivos na sociedade brasileira;

- “Operação Pipa”, de distribuição de água nos municípios do agreste e do sertão nordestino, trouxe benefícios para as comunidades e teve repercussão positiva de âmbito nacional; e

- a atuação do Exército, na área internacional, contribuiu para o objetivo da Política Externa Brasileira de projetar o Brasil no concerto das nações e aumentar sua inserção no processo decisório mundial. Além disso, o Exército tem pautado sua atuação de modo a atingir interesses específicos, tais como, a maior aproximação com os exércitos das nações amigas e a projeção da imagem de uma força operacional em constante busca da modernização, sempre comprometida com os objetivos nacionais. Além da presença de tropas no Timor Leste, integrando as Forças de Paz da ONU, com repercussão nacional e internacional, foram realizados alguns exercícios conjuntos com exércitos de nações amigas: a “Operação Cabañas” (Chile), com participação de países da América do Sul e dos EUA; a “Operação Felino” (Moçambique), envolvendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e o Exercício Conjunto “Laço Forte”, realizado em Foz do Iguaçu, com participação de países do MERCOSUL.

Em 2003, o programa sofreu contingenciamento da ordem de 16% do total de recursos financeiros previstos inicialmente na LOA, ficando a Taxa de Preparo do Efetivo Militar (indicador do programa) em torno de 56%, abaixo do índice de 62% fixado para ser atingido ao final do PPA 2000-2003.

Das 24 Ações que compõem o programa, as mais afetadas pelo contingenciamento orçamentário foram: Alimentação de Pessoal, Manutenção e Suprimento de Fardamento, Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes, Manutenção e Suprimento de Material Bélico e Manutenção e Suprimento de Material de Aviação, que correspondem a 65% do montante dos recursos financeiros do programa.

A Alimentação de Pessoal teve sua meta física prejudicada pelo contingenciamento e atraso na liberação de recursos, causando retardo no pagamento de fornecedores, além da diminuição, a níveis críticos, dos estoques de suprimento das Unidades Militares. O Exército foi obrigado a adotar medidas de contenção de despesas,

a fim de adequar o preparo da Força aos recursos disponíveis, refletindo negativamente na sua capacitação operacional.

A Manutenção e Suprimento de Fardamento foi alvo de significativa redução nos estoques dos Órgãos Provedores, em virtude dos contingenciamentos impostos nos últimos anos, fato que prejudicou o provimento do fardamento para os soldados incorporados ao Serviço Militar em 2003 e terá como consequência a redução, em vinte mil homens, no efetivo a incorporar em 2004.

A Manutenção e Suprimento de Combustíveis e Lubrificantes teve a meta física atingida em 2003, entretanto, a quantidade de combustível adquirida ficou aquém das necessidades do Exército.

A dotação orçamentária consignada à Manutenção e Suprimento de Material Bélico foi insignificante, comprometendo as atividades administrativas e operacionais da Força Terrestre. O setor de manutenção foi o mais prejudicado, comprometendo a vida útil dos materiais e equipamentos militares e acarretando aumento do índice de indisponibilidade de armamentos, viaturas, máquinas e equipamentos.

A Manutenção e Suprimento de Material de Aviação foi contingenciada em cerca de 33% dos recursos orçamentários previstos inicialmente na LOA, levando à redução do esforço aéreo planejado para o ano, com repercussão negativa no adestramento dos aeronavegantes e comprometimento da segurança de voo dos helicópteros.

Além das limitações impostas nas ações citadas, a redução orçamentária provocou prejuízos em áreas de interesse nacional, como por exemplo: a vigilância da Região Amazônica, bem como a continuidade da integração entre a população civil e os militares, para aumentar a segurança nas fronteiras e contribuir para o desenvolvimento do País; o auxílio à ação governamental nas áreas de saúde, educação, pesquisa e tecnologia, e na execução de ações subsidiárias e assistenciais junto às populações carentes, aí incluída a participação do Exército em programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal; e a dificuldade na manutenção de compromissos internacionais (Missões de Paz e Intercâmbios Militares).

Diante da redução dos recursos destinados ao preparo e ao emprego do Exército e a fim de adequar a consecução do Programa aos recursos disponíveis, houve necessidade de o Exército implementar as seguintes medidas de contenção de despesas: redução da duração do tempo do Serviço Militar Inicial; redução na aquisição de peças do fardamento, que ficaram restritas ao mínimo indispensável; redução na quantidade de munição adquirida; limitação da participação nos exercícios combinados, no âmbito do Ministério da Defesa, àqueles onde houve repasse específico de recursos; adoção do regime de meio-expediente nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro, devido à insuficiência de recursos para o custeio da alimentação da tropa; e cancelamento de exercícios e manobras militares de grande importância para a projeção do Brasil no contexto da América do Sul.

## **Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro**

O Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro (PRAEB) tem por objetivo reaparelhar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa terrestre e concentra todas as dotações orçamentárias destinadas aos investimentos da Força.

As metas financeiras previstas no PPA 2000/2003 foram contingenciadas, causando sérias dificuldades para o prosseguimento do programa. Algumas ações tiveram que ser prejudicadas para o atendimento de outras, de maior prioridade para a manutenção da operacionalidade da Força, entre as quais se incluem os projetos de Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército, Implantação do Sistema de Aviação do Exército e Obtenção de Meios Específicos.

O projeto de Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército foi concebido para proporcionar à Força Terrestre o reacomplacimento das necessidades essenciais em materiais, equipamentos e suas respectivas classes de suprimento. Os recursos disponibilizados para esta ação foram empregados para reequipar os principais módulos operacionais, com ênfase na Brigada de Operações Especiais, a fim de manter o poder de dissuasão da Força, preservar sua qualidade operacional e motivar seus recursos humanos.

O projeto de Implantação do Sistema de Aviação do Exército foi contemplado com apenas 29% do previsto na LOA/2003. Em consequência, o crédito disponibilizado não foi compatível com os pagamentos efetuados das parcelas relativas aos bens e serviços e à aquisição dos helicópteros COUGAR, gerando inconsistência

contábil para incorporação dos bens ao patrimônio da União. O Exército recebeu três helicópteros, de acordo com o previsto no cronograma de entrega da empresa EUROCOPTER para 2003.

O projeto de Obtenção de Meios Específicos foi contemplado com apenas 24% do previsto na LOA/2003, restringindo a aquisição de material de proteção e segurança, viaturas diversas, equipamento individual, material de saúde de campanha e material de acampamento, com sensíveis prejuízos ao prosseguimento da implantação do reaparelhamento do Exército.

O prosseguimento da implantação do PRAEB foi seriamente prejudicado em virtude das reduzidas dotações orçamentárias destinadas aos investimentos do Exército.

## **Conclusão**

O contingenciamento, a insuficiência e o retardo na liberação dos recursos disponibilizados não permitiram o atendimento integral das metas de preparo, capacitação, adestramento, modernização e adequação dos meios necessários ao emprego da Força Terrestre e se constituíram nos principais fatores que restringiram e limitaram o atendimento das metas físicas e, conseqüentemente, o alcance de todos os resultados fixados para os programas.

O projeto Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército, principal ação do Programa de Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro, foi concebido para ser executado em três anos (2002 a 2004), com desembolso anual de R\$ 223,6 milhões, envolvendo um total de recursos da ordem de R\$ 670 milhões. Até o final de 2003 foi contemplado, apenas, com R\$ 291 milhões. Dos R\$ 379 milhões restantes, a Lei Orçamentária/2004 prevê somente R\$ 5,4 milhões, valor muito aquém da real necessidade do Exército.

O Programa do Ministério das Comunicações para Regiões Remotas e de Fronteira, com suporte financeiro do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), vem se constituindo em importante reforço da dotação orçamentária de investimentos na área de telecomunicações. Elaborado pelo Exército no ano de 2000, como parte integrante do Projeto de Integração de Unidades Militares em Áreas de Fronteira e do Projeto de Integração de Localidades Remotas de Interesse Estratégico, o Projeto “Fronteira Viva” corre sério risco de interrupção diante das graves restrições vividas pela Força e pela impossibilidade de utilização de recursos do FUST para pagamento das despesas de custeio decorrentes de sua implantação.

A insuficiência de recursos para alimentação da tropa obrigou o Comando da Força a adotar o regime de meio expediente nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro. Sob o aspecto social, os reflexos foram altamente negativos, particularmente no círculo dos cabos e soldados, oriundos, em sua grande maioria, das camadas mais humildes da sociedade.

Apesar das dificuldades, as ações desenvolvidas pela Força Terrestre em 2003, em harmonia com os macroobjetivos preconizados na Lei do Programa Plurianual (PPA), procuraram manter o poder de dissuasão da Força, baseado principalmente na qualidade e no espírito de cumprimento de missão de seus integrantes. Ênfase deve ser dada à ativação, em GOIÂNIA-GO, da Brigada de Operações Especiais, força apta para o combate ao terrorismo, e às atividades do Exército na região Amazônica, consolidando a presença do Estado naquela área, intensificando a vigilância das fronteiras e integrando a população civil ao cenário nacional.

A ativação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva em São Gabriel da Cachoeira-AM, prevista para 2004, dependerá, exclusivamente, do aporte de recursos do Programa Calha Norte para a construção das instalações programadas e dos próprios nacionais residenciais para oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

O Comando do Exército está ciente de que a restrição de gastos em todas as áreas é indispensável para permitir a retomada do crescimento econômico do País e tem colaborado, em todos os sentidos, com o esforço nacional.

Há vários anos consecutivos, as dotações orçamentárias consignadas ao Comando do Exército vêm sendo insuficientes para o desenvolvimento adequado dos seus diversos programas, o que tem obrigado o Comando da Força a adotar medidas de contenção de despesas, a fim de adequar a preparação operacional da tropa à disponibilidade dos recursos orçamentários.

O exercício financeiro de 2003 foi o mais restritivo desde a implantação do Plano Real, em meados de 1994, implicando consequências e reflexos negativos para a manutenção de um Exército compatível com a estrutura político-estratégica da Nação.

## **Comando da Marinha**

### **Adestramento e Operações Militares da Marinha**

Em que pese a Marinha do Brasil (MB) atribuir alta prioridade à manutenção e ao aprestamento dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, as restrições orçamentárias e financeiras fizeram com que permanecesse a forte tendência declinante de prontidão operativa da Força.

O Programa em tela teve que ser reavaliado, a fim de se compatibilizar as realizações físicas ao patamar de recursos disponíveis; sendo, portanto, inviável o alcance das metas previamente estabelecidas na LOA, muitas delas já bastante aquém das reais necessidades. Cumpre frisar que, não obstante os esforços da MB para nacionalizar os seus meios, a maioria deles é de origem estrangeira, o que eleva os gastos para executar a sua manutenção.

Ressalta-se alguns pontos negativos, decorrentes da falta de recursos: manutenções programadas dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais foram reduzidas, postergadas e, para alguns meios, canceladas, implicando sério comprometimento da confiabilidade dos sistemas e degradação do material; operações navais e de adestramento reduzidas e, em alguns casos, canceladas, acarretando insuficiente preparo e adestramento do pessoal, o que aumenta o risco de acidentes; e aquisição de munição, de combustível e de sobressalentes reduzida, resultando em estoques com níveis baixos.

Conseqüentemente, em relação a 2002, os resultados alcançados no corrente exercício foram inferiores, situando-se em torno de 50% dos meios aptos para cumprir os requisitos de pronto emprego e, assim mesmo, computando-se meios que possuem algum tipo de restrição operacional. Registra-se que o índice previsto, para ser alcançado ao final do PPA 2000-2003, do indicador do Programa - Capacidade de Pronto Emprego dos Meios Operativos da Marinha – era de 80%.

Cumpre comentar que, em termos de valores, a necessidade da MB para desenvolver de forma adequada as Ações componentes deste Programa no ano sob análise era estimada, no momento da pré-proposta orçamentária (JUN2002), em R\$ 683,8 milhões; ao final de 2003, em face do valor alocado na LOA, R\$ 509,6 milhões e do posterior contingenciamento, logrou-se, tão-somente, empenhar créditos no valor de R\$ 400,3 milhões; o que equivale a 58,4 % do valor necessário (em valores nominais, sem considerar os efeitos da inflação no período).

A não disponibilidade de créditos às Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS), correspondentes às receitas auferidas pela prestação de serviços a órgãos e entidades governamentais ou extragovernamentais, nacionais ou estrangeiros, conforme o disposto no art 4º da Lei 9.724/98, prejudica ainda mais a capacidade de prontificação da Força, apesar da oportuna gestão junto aos órgãos competentes. A Marinha reconhece a necessidade de toda a Administração Pública empreender esforços conjuntos para serem atingidas as metas do Programa de Ajuste Fiscal; entretanto, no caso das OMPS, os recursos pleiteados para serem disponibilizados são gerados pela própria organização, com a prestação de serviços extra-MB, diminuindo-lhes a ociosidade e, por conseguinte, o custo operacional.

Vale citar, ainda, que a redução da capacidade operativa da Força Naval reflete negativamente em Programas Finalísticos de outros Ministérios, como, por exemplo, o Ministério da Saúde, que atua em conjunto com a MB na região amazônica.

A atual situação operativa da MB, decorrente da alocação de recursos em patamar aquém do necessário, em última análise, implica o comprometimento da capacidade da Marinha do Brasil cumprir adequadamente a sua destinação constitucional.

Em 2003, a MB, para cumprir as tarefas que lhe são atribuídas, empregou os seguintes meios, os quais demandam recursos deste Programa para a sua manutenção e prontificação operativa: Meios navais - 96, dentre os quais 1 Navio Aeródromo, 4 Submarinos, 10 Fragatas e 7 Corvetas; Meios aeronavais - 69 helicópteros e 23 aviões; e Meios de fuzileiros-navais - 617 viaturas.

Das atividades executadas, dentro das restrições impostas, destacam-se: Patrulhas Costeiras – 60 comissões, com um total de 65.063,30 milhas navegadas; Patrulhas Fluviais e Assistência Cívico-Social – 35 comissões, com o total de 25.711 milhas navegadas; e Manutenção de Meios navais, sendo as mais importantes: continuação da atualização técnica das Fragatas “Niterói” e “Liberal” (sem alteração de suas características básicas); manutenção planejada preventiva e preditiva, que tem por objetivo manter o material dentro de suas especificações técnicas – Fragata “Independência”, Corveta “Jaceguai”, Navio de Desembarque de Doca “Rio de Janeiro” e Submarino “Tamoio”; e manutenção corretiva da Corveta “Frontin”.

A MB buscou, em 2003, maximizar o emprego dos recursos disponíveis, mas isto não impediu a retirada de serviço de alguns meios e baixa de outros, como, por exemplo, a Corveta “Solimões”, os Contra-Torpedeiros “Paraíba” e “Pernambuco” e o Navio Oceanográfico “Almirante Câmara”.

Para o aprestamento das Forças Navais são realizadas diversas operações, previstas no Programa Geral de Adestramento (PGAD). Em apoio à política exterior brasileira, também foram realizadas manobras militares em conjunto com Marinhas Amigas, tais como: Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Estados Unidos da América.

Dentre as Comissões e Operações realizadas em 2003, destacam-se: Aspirantex (13/jan-08/fev); Conjunta (10-28/mar); Ribeirex (07-14 abr); Platina (05/mai-20/jun); Tropicalex/Camex (19-31/mai); Bracoper (11/jul-4/ago); XVII VIGM (04/jul-20/dez); Incursex-Inf (05/ago-11/ago); Unitas XLV (16/out-26/out); Ribeirex Amazonas (14/out-31/out); Quebraço (15/out-27/out); Uanfex (29/nov-07/dez); e Antártica XXII (29/out-07/mar/04).

## **Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil**

A História mostra que a utilização do mar é fundamental para a concretização das aspirações nacionais de desenvolvimento e que é imprescindível possuir um Poder Naval condizente com a importância do País no cenário internacional. Um Poder Naval aprestado e balanceado, que inspire credibilidade quanto ao seu emprego e que possa atuar como instrumento da política externa, torna-se fundamental para a projeção dos interesses brasileiros e, evidentemente, para a Defesa Nacional.

Em face dos efeitos da degradação natural do material, decorrente do esgotamento da vida útil dos diversos meios, já estendida até seu limite extremo, a MB tem sofrido inexorável processo de desativação de meios que, desde 1999, atingiu quinze navios. Dos 96 navios existentes atualmente, é prevista a retirada de atividade de 74 unidades até 2019, representando uma redução de mais de 77% do inventário da Marinha.

A fim de reverter este alarmante quadro, foi elaborado o Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM) para o período 2004-2019, consoante à estratégia de desenvolvimento de longo prazo do Governo Federal. Produto de um processo sistematizado de planejamento de alto nível. O PRM proposto visa à obtenção gradativa dos meios que substituam não só aqueles que já deram baixa do serviço ativo, como também dos que irão, ao longo do período considerado, ter a sua vida útil encerrada. Estão, ainda, inseridas no PRM proposto as necessidades de modernização dos meios cujo nível de deterioração material e tecnológica assim recomenda, incluindo as ora em curso, remanescentes de planejamentos anteriores não concretizados pela ausência de recursos na época prevista, como é o caso da modernização das Fragatas Classe NITERÓI. Releva mencionar que não se pretende ampliar o atual inventário de meios da MB, exceto no que se refere aos submarinos convencionais, considerando a importância dessa plataforma para a tarefa de negação de uso do mar, considerada prioritária.

O referido Programa foi submetido à apreciação da Casa Civil da Presidência da República, em 2003, pelo Ministério da Defesa. Aguarda-se o seu pronunciamento sobre a questão.

Caso o PRM proposto não seja aprovado e não haja a tempestiva alocação de recursos, o cumprimento da destinação constitucional da Marinha poderá vir a ser comprometido pela situação de seus meios. Em consequência, também poderá ocorrer, o comprometimento das atividades subsidiárias legalmente previstas, tais como orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, e prover a segurança aquaviária.

Exemplificando, a Lei nº 9.478/1997 estabelece que a MB terá participação na arrecadação dos royalties provenientes da exploração de petróleo e gás natural, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção situadas na plataforma continental. As metas programadas para estas atividades poderiam ter

sido melhor desenvolvidas, caso à MB fossem efetivamente disponibilizados tais recursos; entretanto, isto não ocorreu: foram arrecadados, em 2003, a título de royalties, R\$ 648,5 milhões, tendo a MB somente podido utilizar, em razão dos créditos alocados e do contingenciamento, R\$ 184,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2003, o superávit à conta destes recursos alcançou a cifra de mais de R\$ 900 milhões, valor este que poderia ser utilizado para auxiliar na implementação do PRM.

A MB tem envidado esforços para repor e modernizar seus meios, com ênfase na construção naval brasileira, visando a contribuir para a reativação da indústria naval e de outros setores que para ela geram insumos, necessários ao desenvolvimento do País.

Em face dos valores alocados na LOA e do contingenciamento orçamentário, foi necessário adotar a reordenação e o retardamento de todas as metas físicas, previstas nas Ações deste Programa, não obstante a sua elevada importância.

Ressalta-se que, em 2003, somente foram empenhados créditos, neste Programa, no valor total de R\$ 42,3 milhões. O valor necessário, conforme o planejamento inicial, era de R\$ 430,9 milhões.

A título de exemplo, as metas previstas para 2003, nos cronogramas de construção da Corveta “BARROSO” e do Submarino “TIKUNA” e no projeto de modernização das Fragatas Classe Niterói (MODFRAG) não foram atingidas. Oportuno é mostrar a evolução do cronograma destas metas:

PROJETO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO		ATRASSO
		INICIAL	ATUAL	
Construção da Corveta BARROSO	DEZ1994	DEZ1998	JUN2007	90 meses
Construção do Submarino TIKUNA	OUT1995	OUT1991	OUT2006	60 meses
Modernização das Fragatas classe NITERÓI	JAN1994	DEZ2000	DEZ2005	60 meses

Como conseqüências desses atrasos, ocorreram: atraso na prontificação dos meios, impedindo a incorporação dos mesmos à Esquadra; desmobilização de mão-de-obra qualificada; perda significativa da capacitação técnica e tecnológica de construção de navios de guerra; impossibilidade de adquirir equipamentos e sobressalentes necessários aos sistemas de armas e sensores dos meios em construção; deterioração e perda de garantia técnica de materiais e equipamentos já adquiridos, instalados ou armazenados; e abalo da condição especial do país de ser um dos poucos do Hemisfério Sul capaz de construir navios de guerra, a qual foi conquistada ao longo dos últimos trinta anos.

Entre as principais realizações, vale destacar:

*Modernização das Fragatas Classe “Niterói”:* concluído pelo Instituto de Pesquisas da Marinha o projeto do Sistema Lançador de Despistadores de Mísseis (SLDM) e fornecidas várias unidades para instalação na Fragata “Defensora”; corrigidas as pendências do “software” da fase 2 do Sistema de Controle Tático - SICONTA MK II; e desenvolvimento do “software” da fase 3 do SICONTA MK II, referente, basicamente, ao sistema de Guerra Eletrônica (coordenação e integração ao SICONTA MK II); ao Enlace Automático de Dados (EAD), ao Sistema de Avaliação e Designação de Alvos (TEWA) e ao Sistema de Gravação e Análise de Dados (SGAD).

*Construção da Corveta “Barroso”:* a Diretoria de Engenharia Naval executou a Garantia da Qualidade do projeto e construção da máquina do leme, que está sendo totalmente fabricada no país; e iniciados os trabalhos de desenvolvimento do Sistema de Controle e Monitoração da Propulsão e Auxiliares (SCMPA) e do Sistema de Controle de Avarias (SCAv), pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) e pelo Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM), respectivamente.

*Construção do Submarino “Tikuna”:* conclusão estrutural das seções 10 e 30; e prosseguimento do trabalho estrutural da Seção 40.

*Sistemas Operativos:* modernização do SIR (Sistema Integrado de Radiogoniometria da Marinha), visando à sua integração com o sistema de HF/DF (high frequency /direction finding) do SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia).

A fim de otimizar a aplicação dos recursos, a MB buscou melhorar seus processos, cortar custos em todas as áreas e, principalmente, procurou soluções inovadoras que a permitissem cumprir as suas tarefas. Apesar dos esforços empreendidos para solucionar divergências na interpretação do Decreto Lei nº 2.404/87, o qual dispõe sobre a utilização do Fundo de Marinha Mercante, não se logrou firmar contrato de financiamento mediante a

utilização de recursos daquele Fundo, a fim de permitir o início da construção, no País, de um Navio de Transporte de Apoio e de um Navio Hidroceanográfico.

## **Desenvolvimento Social**

### **Assistência e Cooperação da MB à Sociedade Civil**

Por meio de Operações Cívico Sociais (ACISO) e Operações de Assistência Hospitalar (ASSHOP), a MB, nas regiões Amazônica (4º Distrito Naval) e Pantaneira (6º Distritos Naval), realizou cerca de 80.000 atendimentos (320 comunidades). Vale lembrar que, na Amazônia, os Navios de Assistência-Hospitalar "Carlos Chagas", "Oswaldo Cruz" e "Doutor Montenegro" são conhecidos pelos ribeirinhos como "Navios da Esperança", por levarem apoio governamental àquelas comunidades.

Este Programa foi severamente atingido por restrições orçamentárias em 2003; entretanto, em algumas comunidades das regiões mencionadas, a presença do Estado é materializada somente por meio dos navios da MB. Neste sentido, buscou-se que as atividades necessárias fossem desenvolvidas, com apoio de recursos do Ministério da Saúde, valendo-se da descentralização de créditos de Ações daquele Ministério.

### **Ensino Profissional da Marinha**

O Programa abrange a formação, o aperfeiçoamento e a pós-graduação de oficiais e de servidores civis assemelhados, bem como a especialização e o aperfeiçoamento de praças e de funcionários civis equiparados, na área do Sistema de Ensino Naval (SEN), de forma a promover a atualização dos conhecimentos decorrentes da evolução tecnológica de meios, sistemas e processos de uso naval. Neste Programa são realizadas, ainda, as atividades do Programa do Ensino Profissional Marítimo (PREPOM), destinado à comunidade marítima nacional.

As metas quantitativas programadas foram atingidas satisfatoriamente, permitindo o regular fluxo de ingresso e carreira na MB. Ressalta-se, porém, que em termos qualitativos, a formação/especialização dos militares ficou aquém das necessidades da MB. A restrição de ordem legal para contratação de novos professores permanece sendo um dos principais óbices para a adequada condução do SEN, aliada à escassez de recursos orçamentários.

No SEN (pessoal da MB), devido à restrição orçamentária, houve o cancelamento de diversos cursos extra-MB (meta prevista não alcançada), concorrendo para o descompasso com o aprimoramento técnico e com a evolução tecnológica. Vale destacar, como importante realização, a implementação do aprendizado na modalidade ensino à distância (EAD).

No âmbito do Ensino Profissional Marítimo (EPM), houve a realização de diversos cursos, por meio das Capitânicas, Delegacias e Agências da Diretoria de Portos e Costas, constituindo-se em fator fundamental para a Segurança da Navegação no Brasil.

### **Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário**

Os recursos alocados às Ações componentes do Programa Segurança e Proteção ao Tráfego Aquaviário foram insuficientes para a manutenção adequada das atividades de segurança da navegação; controle e proteção dos meios e pessoas que trafegam nas áreas marítimas e fluviais sob a jurisdição brasileira; e prevenção da poluição ao meio ambiente marinho.

O Brasil assumiu diversos compromissos internacionais com a Organização Meteorológica Mundial, a Organização Marítima Internacional e a Organização Hidrográfica Internacional; entretanto, os baixos valores alocados na LOA, agravados pela limitação de recursos, só permitiram o cumprimento do mínimo indispensável previsto nas Convenções e Acordos Internacionais.

Ressalta-se que a Segurança e a Proteção ao Tráfego Aquaviário, quando desenvolvida adequadamente, contribui diretamente para a redução dos custos de navegação e dos fretes e, conseqüentemente, do chamado "custo Brasil".

Para exemplificar a situação deste Programa, a falta de recursos prejudicou o cumprimento do Programa de Trabalho de Sinalização Náutica (PTSN/2003), acarretando a impossibilidade de pronto restabelecimento de sinais inoperantes, bem como a realização das manutenções previstas. Conseqüentemente, há a redução do índice de eficácia do balizamento e a ampliação dos riscos de acidentes náuticos, com prejuízos materiais e perigo à vida humana no mar.

Entre as realizações alcançadas, são citadas: geração de auxílios à decisão para apoio aos eventos SAR (Search And Rescue); operação de modelos numéricos ambientais, atmosféricos e de ondas, e disponibilização na página da Internet/Intranet do Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); alteração da terminologia empregada nos boletins de previsão do tempo, para certas condições meteorológicas, visando tanto a padronização solicitada pelos navegantes quanto à redução dos custos com as transmissões pelo sistema SafetyNet; e como parte integrante de um Convênio celebrado em 2 de junho de 2002, entre o CHM e a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC), foi assinado em 24 de julho de 2003, um acordo que tem por finalidade a atualização do Sistema de Análise e Previsão de Marés do Banco Nacional de Dados Oceanográficos (BNDO).

### **Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR**

O Brasil está na Antártica há mais de 20 anos, onde desenvolve substancial programa de pesquisas científicas. Por meio do PROANTAR, instrumento para projetar e manter imagem positiva no cenário mundial, o Brasil demonstra à comunidade internacional seu inabalável interesse naquele continente, garantindo participação na discussão sobre o futuro da região.

O Brasil, como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, participou dos seguintes eventos internacionais em 2003: XXVI Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM), em Madri-Espanha; XV Reunião do Conselho de Gerentes de Programas Antárticos Nacionais (COMNAP) e do Grupo Permanente de Logística e Operações Antárticas (SCALOP), em Brest-França; XIV Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos (RAPAL), em Montevidéu-Uruguai.

Em 2003, em razão de restrições orçamentárias, houve a redução do número de projetos de pesquisa aprovados, tendo sido executados 24 projetos de pesquisa científica e 2 projetos de tecnologia, com a participação de 110 pesquisadores. Dentre outras realizações no âmbito do Programa, citam-se: operação permanente da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), executada por um Grupo Base, formado por 10 militares da MB e apoio às atividades de pesquisa; apoio logístico, utilizando-se o Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e sete Vãos de Apoio Antártico (FAB).

Os investimentos em reposição adequada de vestimentas especiais, sobressalentes e equipamentos, cuja renovação é vital para a continuidade do Programa, foram mínimos. A manutenção da EACF limitou-se a algumas ações corretivas, adiando-se as ações preventivas.

### **Recursos do Mar**

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) é um dos maiores empreendimentos da história normativa das relações internacionais, dispondo sobre os usos do mar e de seus recursos. O Programa em tela consolida as iniciativas do Brasil, como signatário da CNUDM, de levantamento e avaliação das potencialidades do mar, nas áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacentes, garantindo que o País possa exercer seus direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento dos recursos naturais presentes no leito do mar e em seu subsolo.

A Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ECASPSP) representa a ação governamental no único conjunto de ilhas brasileiras situado no hemisfério norte. Ocupada permanentemente por quatro pesquisadores, em regime de revezamento de projetos, sofre as intempéries do mar e a alta salinidade local, necessitando continuamente de reparos corretivos. As principais realizações no âmbito da Ação 2520 - Manutenção da ECASPSP foram: 24 expedições ao Arquipélago, em apoio às atividades de pesquisa, com a participação de 96 pesquisadores, de diferentes instituições científicas; 2 viagens de manutenção; e 2 treinamentos Pré-Arquipélago, com a participação de 50 pesquisadores.

O Programa-Piloto do Sistema Global de Observação dos Oceanos/Brasil (GOOS/BRASIL), é apoiado pela Ação Pesquisa e Monitoramento Oceanográfico. Vale lembrar que o Brasil aderiu ao Experimento-



Piloto GOOS Internacional, o qual deverá estar implantado até 2007, quando terá início o monitoramento contínuo, criando o Programa Nacional de Bóias (PNBOIA), com o objetivo de fornecer dados de meteorologia marinha e da superfície do oceano Atlântico, para previsão de tempo e de clima. Em 2003, a escassez de recursos inviabilizou o desenvolvimento de novas atividades, executando-se, apenas, a manutenção da bóia fixa tipo “Axys” do PNBOIA, fundeada nas proximidades da cidade de Rio Grande-RS.

### **Tecnologia de Uso Naval**

Este programa visa dar suporte ao Programa Nuclear da Marinha (PNM); dotar a MB de sistemas operacionais, gerenciais e de suporte à decisão; e de prover a atualização e o aperfeiçoamento contínuo no que tange à aplicação de táticas de guerra naval.

Nos últimos 23 anos, a MB vem aplicando recursos e pessoal em um programa nuclear cujo principal objetivo é o domínio, por parte dos institutos de pesquisa e da indústria nacional, de todo o vasto espectro tecnológico necessário para que a nação esteja capacitada para projeto e construção de reatores de potência e de combustíveis para esses reatores. Cumpre salientar que o desenvolvimento e a absorção das tecnologias envolvidas transcendem a aplicação militar, sendo, na verdade, do interesse do Brasil, tal o seu poder de arrasto nos diversos campos de suas possíveis aplicações. O Programa Nuclear, hoje em execução, não é unicamente da MB, mas sim do País, motivo pelo qual deveria receber aportes financeiros de outros Órgãos, e não somente do orçamento da Força, como vem acontecendo já há alguns anos.

O domínio dessa tecnologia, que nunca é repassada por aqueles que a detêm, permite ao país ter uma alternativa para a crise energética internacional que se anuncia. Além disso, seriam criadas condições para que, no futuro, havendo decisão de governo para tal, possa ser dado início à elaboração do projeto específico e à construção do Submarino Nuclear – S(N), de valor estratégico inquestionável, principalmente para o Brasil, que possui enormes interesses econômicos a preservar e a defender em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

O PNM é dividido em dois grandes projetos: o Projeto do Ciclo de Combustível e o Projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica (LABGENE). No primeiro, a tecnologia de enriquecimento já está dominada e, como resultado, a MB está construindo ultracentrífugas para que a INB (empresa responsável pela produção de combustível para Angra I e II) possa executar no país o enriquecimento que tinha que contratar na Alemanha. O LABGENE atingiu 61% do cronograma físico. Essa instalação servirá de base e de laboratório para qualquer outro projeto de reator nuclear no Brasil.

Como resultado desse grande esforço nacional, temos capacidade de projetar e fabricar nosso combustível nuclear, sem dependência externa, e o conhecimento para projetar e construir plantas nucleares de potência, que custam no mercado internacional acima de três bilhões de dólares cada.

Foram elaborados estudos sobre alternativas de investimento para o PNM. Caso fossem destinados, anualmente, recursos da ordem de R\$ 73,5 milhões, o PNM estaria concluído em 2015; com R\$ 84 milhões anuais, a conclusão seria em 2012.

Em face das restrições orçamentárias, em 2003, os valores alocados permitiram, praticamente, a manutenção “vegetativa” dos projetos em desenvolvimento neste Programa, tendo sido empenhados recursos da ordem de R\$ 44,7 milhões. Com os valores previstos para 2004 (R\$ 41 milhões), caso não sejam concedidos créditos adicionais por suplementação, a situação irá se repetir, implicando que a conclusão do PNM terá prazo indeterminado.

No âmbito das Ações relacionadas ao PNM, destacam-se as seguintes realizações: aquisição de equipamentos e componentes para a montagem eletromecânica da USEXA; serviços de engenharia para detalhamento e revisão técnica de projetos; conclusão da fabricação e fornecimento dos componentes internos do reator; conclusão da fabricação e fornecimento do Pressurizador para o sistema de resfriamento do circuito primário do LABGENE; prosseguimento da fabricação de sistemas e equipamentos para o LABGENE; e montagem da 1ª cascata do 1º módulo e iniciada a fase de comissionamento de ultracentrífugas para enriquecimento de urânio.